



Assembléia Legislativa
do Estado de Rondônia

Assembleia  do Povo

Portas abertas para você

AUTOR: PODER EXECUTIVO / MENSAGEM 126

PROJETO DE LEI

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 1.743.144,30, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

Nº 1135/2021

Prot. Nº 1221/2021

Proc. Nº 1221/2021

Data: 01/06/2021

**SITUAÇÃO
DEFINITIVA**

TRAMITAÇÃO

ÚNICA:		1º		2º		R. F.
D	V	D	V	D	V	

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.Governo do Estado de
RONDÔNIA

Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

01 JUN 2021

Secretário

1 JUN 2021

Protocolo: 1221/2021Processo: 1221/2021

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 126, DE 27 DE MAIO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Ilustre Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 65, inciso III da Constituição do Estado, o Anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 1.743.144,30, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC."

Nobres Parlamentares, a presente proposta tem por finalidade honrar compromissos assumidos com a União através da celebração de Convênios na área de Segurança Pública, buscando estruturar e modernizar, de forma excepcional, a Polícia Técnica e Científica, as Centrais de Custódia e a participação em outros Programas do Governo Federal, mantendo as atividades institucionais desenvolvidas pela SESDEC-RO, conforme solicitação contida no Ofício nº 4497/2021/SESDEC-GEPLAN.

Insta mencionar que, tais ações visam adequar a programação da Secretaria e têm em seu detalhamento os seguintes Convênios:

- Convênio nº 792969/2013, valor R\$ 1.053.160,51 - vigência até 31.12.2021: estruturação da perícia criminal através da aquisição de aparelhos técnicos de amostras biológicas, equipamentos de raio-X, balança eletrônica, detector de metal e rastreamento pericial, dentre outros mecanismos, visando produção de prova técnica-científica para esclarecimento de crimes, nas investigações criminais;

- Convênio nº 813295/2014, R\$ 601.396,49 - vigência até 31.12.2021: estruturação das Centrais de Custódia e da Cadeia de Custódia de Vestígios nas Unidades de perícia oficial do Estado, com a aquisição de materiais permanentes e de consumo como caixas, envelopes e outros materiais de embalagem, armazenamento e identificação de vestígios, visando preservar a qualidade da prova técnica-científica;

- Convênio nº 880127/2018, valor R\$ 23.022,52: amplia a infraestrutura do Sistema Guardião Web Browser por meio da aquisição de licenças de interceptação simultânea de alvos para a Gerência de Estratégia e Inteligência; e

- Convênio nº 899575/2020, R\$ 65.564,78: busca dar apoio ao INEP, com a aquisição de equipamento e materiais para garantir o sigilo e segurança na distribuição e aplicação dos instrumentos avaliativos, no âmbito de todas as edições do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, compreendidas no triênio de 2020, 2021 e 2022.

Ademais, ressalto a relevância da aprovação da mencionada proposta para dar continuidade aos trabalhos realizados pela SESDEC, assegurando maior qualidade nas investigações e o esclarecimento de crimes nas Unidades oficiais do Estado, elevando as condições de trabalho dos profissionais de Segurança Pública; com maior eficiência, eficácia e efetividade e ainda no que tange à mediação em dar suporte às atividades de aplicação das provas do ENEM, assegurando que não ocorram fraudes, seja no deslocamento das cargas, seja na guarda dos entrepostos logísticos, com isso, mantendo a ordem pública em todos os municípios, cede dos exames e avaliações do INEP, de forma a viabilizar um tratamento isonômico e seguro a todos os participantes.

Assim sendo, busco o apoio de Vossas Excelências consoante aos mandamentos legais dispostos no inciso I do § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, tendo em detrimento à primordialidade de reforço ao orçamento estadual, para o presente exercício com recurso até o valor citado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, subscrevendo-me com especial estima e consideração.



MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 28/05/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0017915137** e o código CRC **10D0A2EA**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0035.199158/2021-63

SEI nº 0017915137





GOVERNADORIA - CASA CIVIL

PROJETO DE LEI DE 27 DE MAIO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 1.743.144,30, em favor da Unidade Orçamentária Secretária de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 1.743.144,30 (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta centavos), em favor da Unidade Orçamentária Secretária de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, para dar cobertura orçamentária às despesas correntes e de capital, no presente exercício, indicadas no Anexo Único.

Parágrafo único. O superavit financeiro indicado no **caput** é proveniente de reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2020, apurado no Balanço Patrimonial, nas conciliações e extratos das contas bancárias específicas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO
SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC			1.743.144,30
15.001.06.181.2075.2176	PROMOVER AÇÕES OPERACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	339030	0616	423.758,42
		339015	0616	49.560,00
		449052	0616	928.916,83
		339030	1300	71.729,59
		449052	1300	246.156,94
		449093	1300	23.022,52
TOTAL				R\$ 1.743.144,30



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 28/05/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0017915209** e o código CRC **3F1D0538**.



Referência: Caso responda este Projeto de Lei, indicar expressamente o Processo nº 0035.199158/2021-63

SEI nº 0017915209



Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

Memorando nº 118/2021/SESDEC-GECONV

Ao Senhor

Gerente de Planejamento da SESDEC

Assunto: **Solicitação de Dotação Orçamentária Superávit**

Senhor Gerente,

1. Tendo em vista, os documentos relacionados referente aos Convênios:
- a) nº **792969/2013** (0016968229) (0016994647) (0016972286) (0016995944)
(0016996306) (0016996344) (0016998174),
 - b) nº **813295/2014** (0016969466) (0016974903) (0016996046) (0016996388) (0016996421) (0016998222)
 - c) nº **880127/2018** (0016970852) (0016994772)
(0016996111) (0016996471) (0016996530) (0016998734)
 - d) nº **899575/2020** (0016970918) (0016994204)
(0016996162) (0016996582) (0016996625) (0016996658)
 - e) **Balanco Patrimonial SESDEC 2020** (0016914405)
2. Desta forma, solicitamos dotação orçamentária na UG 150001, Fontes 0616 e 1300, e elementos de despesa conforme quadros a seguir:

FONTE 0616				
ELEMENTO DE DESPESA				
CONVÊNIO	33.90.30	44.90.52	33.90.15	
792969/2013	R\$ 230.405,00	R\$ 600.334,91		
813295/2014	R\$ 122.497,81	R\$ 328.581,92		
899575/2020			R\$ 49.560,00	
FONTE 1300				
CONVÊNIO	33.90.30	44.90.52		44.90.93
792969/2013	R\$ 27.302,31	R\$ 67.600,00		
813295/2014		R\$ 22.726,27		
880127/2018				R\$ 23.022,52
899575/2020		R\$ 16.000,00		

Exposição de Motivos para Suplementar o Orçamento da SESDEC-2021, via Superávit Financeiro, na Fonte 0616 e 1300-Recursos de Convênios.



Com referência ao disposto na Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, mais especificamente em seu art. 43 descrito *in verbis* abaixo:

"Ar. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa".

Apresentamos a Vossa Excelência a Exposição de Motivos para suplementar o Orçamento da SESDEC-2021, via Superávit Financeiro.

Exposição Justificativa

O Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania possui três convênios celebrados com a União que necessitam de suplementação orçamentária, sendo:

- Convênio nº 792969/2013, celebrado junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério Extraordinário de Segurança Pública, visa o Fortalecimento e Estruturação da Perícia Criminal;
- Convênio nº 813295/2014, celebrado junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério Extraordinário de Segurança Pública, visa a Estruturação da Cadeia de Custódia.
- Convênio nº 899575/2020, celebrado junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, visa o apoio a realização de atividades relacionadas à execução da Operação Logística de Segurança e o Sigilo da Distribuição e Aplicação dos Instrumentos de Avaliação do Inep.

Dentre os benefícios estão:

- Estruturação e modernização da polícia técnica e científica;
- Aprimoramento e estruturação das Centrais de Custódia e da Cadeia de custódia de vestígios nas unidades de perícia oficial do Estado de Rondônia visando a qualidade da prova técnica-científica para esclarecimento de crimes nas investigações criminais.
- O Exame Nacional do Ensino Médio - Enem é um evento de magnitude nacional, de natureza democrática onde os candidatos concorrem em mesmas condições, tendo em vista aplicação padrão de avaliação, ao acesso às Instituições de Ensino Superior - IES, bem como a participação de outros programas e ações do governo federal.

Busca-se assim os seguintes resultados com os investimentos realizados através dos convênios supracitados:

- A qualidade do laudo pericial, as condições de trabalho dos profissionais de segurança pública e a prestação de serviço satisfatória a população, maior eficiência, eficácia e efetividade na política pública implantada pela SESDEC;
- Realização dos exames em condições de segurança para a sociedade brasileira, e principalmente que não ocorram fraudes seja no deslocamento das cargas, seja na guarda dos entrepostos logísticos, com o intuito de manter a ordem pública em todos os municípios sede dos exames e avaliações do INEP, de forma a viabilizar um tratamento isonômico e seguro a todos os participantes.

Considerando ainda o Convênio nº 880127/2018, que trata de ampliar a infraestrutura do Sistema Guardiã Web Browser da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia, por meio da aquisição de licenças de interceptação simultânea, ressaltamos que o valor solicitado se refere a devolução de saldo remanescente.

Atenciosamente,

Midiã da Silva Vasconcelos
Gerente I - GECONV/SESDEC

JACKSON ROBLEDO DA SILVA

Gerente de Convênios - GECONV/SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **MIDIA DA SILVA VASCONCELOS, Gerente**, em 01/04/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON ROBLEDO DA SILVA, Gerente**, em 01/04/2021, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0016914005** e o código CRC **CC530C68**.

Referência: Caso responda este Memorando, indicar expressamente o Processo nº 0037.125977/2021-54

SEI nº 0016914005





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

CONVÊNIO SENASP/MJ Nº 792969/2013

Convênio que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para os fins que especifica.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, CNPJ 00.394.494/0072-20, e por meio da **SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, CNPJ 00.394.494/0005-60, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Brasília, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pela **SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI**, RG 1188420-SSP-SP, CPF 052.507.538-09, domiciliada na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 5º andar, sala 500, Brasília/DF, designada pela Portaria nº 112, de 10 de janeiro de 2011, e o **ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ 00.394.585/0001-71, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**, CNPJ 04.793.055/0001-57, daqui por diante denominado **CONVENIENTE**, representado neste ato pelo **GOVERNADOR CONFUCIO AIRES MOURA**, CPF 037.338.311-87, Rua Alameda Piquiá nº 1577 - Setor 01, Porto Velho/RO, e pelo **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA MARCELO NASCIMENTO BESSA**, CPF 688.038.423-49, residente na Avenida dos Imigrantes nº 3587, Bairro Costa e Silva - Porto Velho - RO, resolvem celebrar o Convênio, de conformidade com o Processo nº 08020.003544/2013-20, observado o contido, na Lei 8.666/93, na Lei Complementar 101/2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), no Decreto 93.872/86, na Portaria Interministerial nº 507/2011 MPOG/MF/CGU, Portaria MJ nº 458/2011, no Decreto 6.170/07 e Lei nº 11.530/07 (Programa de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este **CONVÊNIO** tem por objeto a cooperação dos partícipes para Fortalecimento e estruturação da Perícia Criminal no Estado de Rondônia, visando à produção de prova técnica-científica para esclarecimento de crimes específicos e em geral, nas investigações criminais, no âmbito do Programa de Segurança Pública com Cidadania, de acordo com o Plano de Trabalho e Projeto Básico aprovados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENIENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este **CONVÊNIO**, independentemente da transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

Excepcionalmente, admitir-se-á ao **CONVENIENTE** propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação do **CONCEDENTE**, vedada, porém, a mudança do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Os partícipes deste **CONVÊNIO** se comprometem, cada qual na sua esfera de competências e atribuições, implantar:

- 1) As diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, especialmente no que concerne na gestão integrada da segurança pública e de Prevenção da Violência, consubstanciados nas seguintes ações:
 - a) promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural;
 - b) criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias;
 - c) fortalecimento dos conselhos tutelares;
 - d) promoção da segurança e da convivência pacífica;
 - e) garantia do acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis;
 - f) garantia, por meio de medidas de urbanização, da recuperação dos espaços públicos;
 - g) observância dos princípios e diretrizes dos sistemas de gestão descentralizados e participativos das políticas sociais e resoluções dos conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos afetos ao PRONASCI;
 - h) participação e inclusão em programas capazes de responder, de modo consistente e permanente, às demandas das vítimas da criminalidade por intermédio de apoio psicológico, jurídico e social;
 - i) transparência de sua execução; e
 - j) garantia da participação da sociedade civil.

- j) Propiciar aos técnicos credenciados pelo **CONCEDENTE** todos os meios necessários para realizar o acompanhamento e fiscalização da execução do **CONVÊNIO**.
- k) Restituir o eventual saldo de recursos ao **CONCEDENTE**, inclusive os rendimentos provenientes das aplicações financeiras, no prazo de trinta dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do **CONVÊNIO**.
- l) Recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor, atualizado monetariamente, na forma prevista na legislação vigente, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.
- m) Prestar contas na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento, ou parcialmente, quando solicitado.
- n) Zelar pela conservação e manutenção dos bens adquiridos.
- o) Os recursos recebidos não poderão ser utilizados em fins políticos de qualquer natureza, bem como em benefício de candidatos a cargo eletivo nas eleições.
- p) Permitir o livre acesso dos servidores do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes ao Convênio, bem como aos locais de execução do objeto.
- q) Prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento - CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contrata para esta finalidade, em atendimento ao inciso XV do artigo 6º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- r) Realizar no SICONV os atos e procedimentos relativos a celebração do convênio, em atendimento ao inciso XVI do artigo 6º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- s) Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidades na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao **CONCEDENTE**, conforme inciso XVII do artigo 6º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- t) Registrar no SICONV a documentação referente ao procedimento licitatório, em conformidade ao inciso XVIII do artigo 6º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- u) Inserir no SICONV, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação do extrato do instrumento a designação do responsável pela execução do objeto acordado.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS

O **CONVENIENTE** deverá assegurar a garantia de direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES



I - DO CONCEDENTE

- a) Promover o repasse do recurso financeiro de acordo com o **Cronograma de Desembolso** constante do Plano de Trabalho.
- b) Monitorar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado, mediante vistorias "in loco", diretamente, ou por terceiros, expressamente autorizados.
- c) Analisar e deliberar sobre a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique mudança do objeto.
- d) Analisar as prestações de contas dos recursos do Convênio, na forma da legislação em vigor.
- e) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

II - DO CONVENIENTE

- a) Promover o crédito do recurso financeiro, referente a Contrapartida, de acordo com o **Cronograma de Desembolso** e com o disposto na CLÁUSULA SEXTA.
- b) Executar as atividades pactuadas na CLÁUSULA PRIMEIRA, de conformidade com o Plano de Trabalho.
- c) Aplicar e gerir os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** concomitantemente com os correspondentes à **Contrapartida** exclusivamente no objeto do **CONVÊNIO** em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pelo **CONCEDENTE**.
- d) Aplicar os recursos do **CONVÊNIO**, obrigatoriamente em caderneta de poupança, salvo se a execução ocorrer em até trinta dias.
- e) Observar, nas aquisições e contratações, as normas vigentes sobre os procedimentos licitatórios, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade.
- f) O uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, e quando não couber, presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31/7/2006, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2006, observando-se o prazo limite estabelecido no artigo 2º da citada Portaria.
- g) Inserir cláusula nos contratos celebrados para a execução deste Convênio que permita o livre acesso dos servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, referentes ao objeto contratado.
- h) Incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, mantendo-o atualizado.
- i) Utilizar a logomarca do Governo Federal e o número do Convênio com destaque, em todas as medidas adotadas e bens adquiridos com recursos do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, os recursos destinados são de R\$ 1.650.287,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil e duzentos e oitenta e sete reais), conforme o **Plano de Aplicação** aprovado pelo **CONCEDENTE**, assim discriminados:

I - CONCEDENTE:

R\$ 1.567.687,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil e seiscentos e oitenta e sete reais) à conta do Orçamento Fiscal da União para 2013, Lei nº 12.798/2013, no Programa de Trabalho 06.181.2070.8855.0001 - Fortalecimento das Instituições de segurança Pública, PI 3000FO-BS4, nas Naturezas de Despesa 3330.41, 2013NE800131, no valor de R\$ 283.405,00 (duzentos e oitenta e três mil e quatrocentos e cinco reais) e 4430.41, 2013NE800132, no valor de R\$ 1.284.282,00 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil e duzentos e oitenta e dois reais).

II - CONVENENTE:

R\$ 82.600,00 (oitenta e dois mil e seiscentos reais), relativos à contrapartida financeira, conforme Lei 12.708/2012 e Portaria nº 2.110, de 23/05/2013, publicada no DOU de 24/05/2013. Unidade Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania; Função 06; Sub-Função 181; Programa: 2020; Projeto/ Atividade 2176; Naturezas de Despesa 3390.39 e 4490.52.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão liberados em uma parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado pela SENASP/MJ.

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste **CONVÊNIO** não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA NONA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos deste **CONVÊNIO**, desembolsados pelos **CONCEDENTE** e **CONVENENTE**, serão mantidos, exclusivamente, na Agência 0632-7, Conta 0060007132, Caixa Econômica Federal - Porto Velho/RO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos referidos nesta Cláusula só serão permitidos para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho.

Os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto quando o pagamento for devido à pessoa física que não possuir conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste Instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os recursos serão, obrigatoriamente, aplicados na instituição bancária mencionada, em caderneta de poupança, salvo se a execução ocorrer em até trinta dias.

Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do **CONVÊNIO** e aplicados, exclusivamente, na sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a **Prestação de Contas**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento da execução deste **CONVÊNIO** será realizado por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e terá a finalidade de verificar a boa e regular aplicação dos recursos e a consecução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENIENTE** fica obrigado a encaminhar a Prestação de Contas Final, dos recursos de que trata a **CLÁUSULA SEXTA**, na forma do art. 72 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, acrescido dos extratos bancários da conta corrente específica e de aplicação financeira, além de outros documentos a critério do Concedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Prestação de Contas Final será apresentada ao **CONCEDENTE** no prazo máximo de sessenta dias contados do término da vigência do **CONVÊNIO** ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **CONVENIENTE**, devidamente identificados com o número do **CONVÊNIO**, e deverão ser mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de vinte anos, contados da aprovação da prestação de contas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Sendo o **CONVÊNIO** rescindido por quaisquer dos motivos previstos na **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**, bem como não tendo seu curso regular, os bens patrimoniais acima referidos serão automaticamente revertidos ao **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este **CONVÊNIO** poderá ser rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas Cláusulas ou Condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável e, particularmente, quando constatadas as seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.
- b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 54 da Portaria/MP/MF/CGU nº 507/2011.
- c) Omissão no dever de apresentar a prestação de contas no prazo e na forma exigidos.
- d) Constatação, a qualquer tempo de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.
- e) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **CONVÊNIO** poderá, ainda, ser denunciado por quaisquer dos partícipes, observado o aviso de trinta dias antes do término da execução estabelecida no Plano de Trabalho, findos os quais será dada publicidade ao ato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste **CONVÊNIO**, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **CONVÊNIO** será, obrigatoriamente, destacada a participação do **CONCEDENTE**, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GLOSA DA DESPESA

Serão glosadas as despesas porventura realizadas com finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência, especialmente aquelas:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O **CONVENENTE** compromete-se a restituir o valor transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizado na forma legislação em vigor, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto.
- b) Omissão no dever de apresentar a prestação de contas no prazo e na forma exigidos.
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no **CONVÊNIO**.
- d) Irregularidade que resulte em prejuízo ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada ao **CONCEDENTE**, por meio dos órgãos responsáveis ou de mandatários legalmente constituídos, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício da fiscalização e do controle da execução deste **CONVÊNIO**, bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do **CONVÊNIO** será contado a partir da data de sua assinatura até 27 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante o Termo Aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Este convênio somente poderá ser alterado mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de trinta dias antes do término de sua vigência, que possibilite a análise e decisão, e desde que não haja mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), adquiridos, produzidos e transformados ou construídos com os recursos oriundos do **CONCEDENTE**, permanecerão sob a guarda e responsabilidade do **CONVENENTE** durante a vigência deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Findo o **CONVÊNIO**, observado o fiel cumprimento do objeto nele proposto, verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens patrimoniais acima referidos serão doados ao **CONVENENTE**, conforme dispõe o § 2º do art.41 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011.

- a) A título de taxa de administração, de gerência ou similar, bem como para contratação de pessoal, exceto de serviços de terceiros diretamente vinculados à execução do objeto.
- b) Relativas a prestação de serviços de consultoria ou assistência técnica, gratificação ou qualquer outra espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes.
- c) Com data anterior ou posterior à vigência deste **CONVÊNIO**.
- d) Decorrentes de multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

Todas as comunicações relativas a este **CONVÊNIO** serão consideradas como regularmente feitas se registradas no SICONV e comunicadas ao **CONCEDENTE**, por meio de Ofício e e-mail.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As comunicações dirigidas ao **CONVENIENTE** deverão ser entregues na Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Rua dos Imigrantes nº 3587, Porto Velho/RO, CEP 76803-611.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As comunicações dirigidas ao **CONCEDENTE** deverão ser entregues no Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública - Edifício Sede, sala 500, CEP 70.064-900, Brasília - DF.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As alterações de endereços e de número de telefone de quaisquer partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste **CONVÊNIO**, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo **CONCEDENTE** no prazo de até vinte dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões decorrentes deste **CONVÊNIO**, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processados e julgados



originariamente pelo Fórum de Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em conformidade com o inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os **CONCEDENTE** e **CONVENENTE** firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 27 de dezembro de 2013.



REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI
Secretária Nacional de Segurança Pública



CONFUCIO AIRES MOURA
Governador do Estado de Rondônia



MARCELO NASCIMENTO BESSA
Secretário de Estado da Segurança, Defesa e
Cidadania

TESTEMUNHAS:

Nome:
Identidade:
CPF:



Lucimere Ferreira Machado
351.98.888-9
833.177.326-87

Nome:
Identidade:
CPF:



Alane Tigina Pereira de Jesus
2.386.103-SSP/DF
011.772.361-41



Participes: a Prefeitura Municipal de Ouro Preto - MG, representado por seu Prefeito José Leandro Filho, e a União, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública Regina Miki - Objeto: o acesso da Guarda Municipal à Rede INFOSEG - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os participes - Prazo de vigência: o prazo vigorará da data de sua publicação até o dia 31/12/2018 - Data de assinatura: 31/12/2013.

Participes: a Prefeitura Municipal de Santa Inês - MA, representado por seu Prefeito José de Ribamar Costa Alves, e a União, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública Regina Miki - Objeto: o acesso da Guarda Municipal à Rede INFOSEG - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os participes - Prazo de vigência: o prazo vigorará da data de sua publicação até o dia 31/12/2018 - Data de assinatura: 31/12/2013.

Participes: a Prefeitura Municipal de Marabá - PA, representado por seu Prefeito João Salame Neto, e a União, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública Regina Miki - Objeto: o acesso da Guarda Municipal à Rede INFOSEG - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os participes - Prazo de vigência: o prazo vigorará da data de sua publicação até o dia 31/12/2018 - Data de assinatura: 31/12/2013.

Participes: a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes - SP, representado por seu Prefeito Rogério Fagundes, e a União, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública Regina Miki - Objeto: o acesso da Guarda Municipal à Rede INFOSEG - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os participes - Prazo de vigência: o prazo vigorará da data de sua publicação até o dia 31/12/2018 - Data de assinatura: 31/12/2013.

Participes: a Prefeitura Municipal de Aracaju - SE, representado por seu Prefeito João Alves Filho, e a União, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública Regina Miki - Objeto: o acesso da Guarda Municipal à Rede INFOSEG - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os participes - Prazo de vigência: o prazo vigorará da data de sua publicação até o dia 31/12/2018 - Data de assinatura: 31/12/2013.

Participes: a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG, representado por seu Prefeito Bruno de Freitas Siqueira, e a União, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública Regina Miki - Objeto: o acesso da Guarda Municipal à Rede INFOSEG - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os participes - Prazo de vigência: o prazo vigorará da data de sua publicação até o dia 31/12/2018 - Data de assinatura: 31/12/2013.

Participes: a Prefeitura Municipal de Anchieta - ES, representado por seu Prefeito Marcus Vinícius Doelinger Assad, e a União, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública Regina Miki - Objeto: o acesso da Guarda Municipal à Rede INFOSEG - Recursos: o Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os participes - Prazo de vigência: o prazo vigorará da data de sua publicação até o dia 31/12/2018 - Data de assinatura: 31/12/2013.

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 784732/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: NOVA IGUAÇU - PREFEITURA, CNPJ nº 29.138.278/0001-01. Implantação do Sistema de Videomonitoramento associado ao Centro de Operações de Nova Iguaçu (CONIG). Valor Total: R\$ 3.750.050,43. Valor de Contrapartida: R\$ 750.050,43. Crédito Orçamentário: PTRES: 71190, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000042, Vigência: 30/12/2013 a 30/12/2014. Data de Assinatura: 30/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA, CPF nº 100.418.007-10.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 792922/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, CNPJ nº 29.138.328/0001-50. Selecionar e capacitar Mulheres e jovens, com vistas à construção e fortalecimento de redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem a população local, vitimando principalmente os jovens e adolescentes. Valor Total: R\$ 864.812,00. Valor de Contrapartida: R\$ 69.203,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63852, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404, Num Empenho: 2013NE000113, Crédito Orçamentário: PTRES: 63852, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2013NE000116, Vigência: 30/12/2013 a 30/12/2015. Data de Assinatura: 30/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: VANIA DE OLIVEIRA PEIXOTO, CPF nº 890.650.157-04.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 792967/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL, CNPJ nº 00.498.299/0001-56, Interventente: ROSALBA CIARLINI ROSADO, CPF nº 199.516.984-68. Modernizar e Aprimorar o Instituto Técnico-Científico de Polícia do Estado do Rio Grande do Norte, através da introdução de novos equipamentos, com os devidos acessórios tecnológicos, nos setores

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

de balística forense, Informática e de perícia externa em local de crime, pertencentes à Coordenadoria de Criminalística, bem como, nos setores de medicina legal e odontologia legal pertencentes à Coordenadoria de Medicina Legal. Valor Total: R\$ 3.062.024,83. Valor de Contrapartida: R\$ 160.000,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000128, Vigência: 27/12/2013 a 27/12/2014. Data de Assinatura: 27/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: ALDAIR DA ROCHA, CPF nº 008.814.778-93, Interventente: ROSALBA CIARLINI ROSADO, CPF nº 199.516.984-68.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 792969/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, CNPJ nº 04.793.055/0001-57, Interventente: CONFÚCIO AIRES MOURA, CPF nº 037.338.311-87. Fortalecimento e estruturação da Polícia Criminal no Estado de Rondônia, visando à produção de prova técnica-científica para esclarecimento de crimes específicos e em geral, nas investigações criminais. Valor Total: R\$ 1.650.287,00. Valor de Contrapartida: R\$ 82.600,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000132, Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2013NE000131, Vigência: 27/12/2013 a 27/12/2014. Data de Assinatura: 27/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: MARCELO NASCIMENTO BESSA, CPF nº 688.038.423-49, Interventente: CONFÚCIO AIRES MOURA, CPF nº 037.338.311-87.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 792978/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL, CNPJ nº 02.960.040/0001-00, Interventente: EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS, CPF nº 453.347.734-87. Aprimorar e a estruturação do Laboratório de DNA (LPPGF) e os Institutos de Criminalística (IC), Medicina Legal (IML) e de Identificação (ID), pertencentes à Gerência Geral de Polícia Científica de Pernambuco nas áreas de Química Forense, Genética Forense, Papiloscopia e Medicina Legal, através da aquisição de equipamentos e consumíveis. Valor Total: R\$ 2.519.452,11. Valor de Contrapartida: R\$ 127.414,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000201, Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2013NE000145, Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000147, Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2013NE000200, Vigência: 27/12/2013 a 27/12/2014. Data de Assinatura: 27/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: WILSON SALLES DAMAZIO, CPF nº 102.369.704-10, Interventente: EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS, CPF nº 453.347.734-87.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 792980/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: SECRETARIA DE SEGURANÇA, CNPJ nº 06.553.549/0001-90, Interventente: WILSON NUNES MARTINS, CPF nº 064.445.553-53. Aprimorar e estruturar os Laboratórios do Instituto de Criminalística (IC/PI) e o Instituto de Medicina Legal (IML/PI), pertencentes ao Departamento de Polícia Técnico-Científica da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí. Valor Total: R\$ 1.489.140,30. Valor de Contrapartida: R\$ 115.000,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2013NE000149, Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000151, Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000205, Crédito Orçamentário: PTRES: 63853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2013NE000204, Vigência: 27/12/2013 a 27/12/2014. Data de Assinatura: 27/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: ROBERT RIOS MAGALHÃES, CPF nº 133.841.393-72, Interventente: WILSON NUNES MARTINS, CPF nº 064.445.553-53.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 793113/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA DE SOCORRO, CNPJ nº 46.444.063/0001-58. Reconstrução e uniformização da Guarda Civil Municipal, visando melhorar o atendimento prestado à população. Valor Total: R\$ 689.481,00. Valor de Contrapartida: R\$ 13.969,62. Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2013NE000234, Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404, Num Empenho: 2013NE000238, Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2013NE000242, Vigência: 30/12/2013 a 30/12/2014. Data de Assinatura: 30/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: ANDRÉ EDUARDO BOZZOLA DE SOUZA PINTO, CPF nº 154.646.228-70.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 793118/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO RIO PRETO, CNPJ nº 46.588.950/0001-80. Reconstrução e uniformização da Guarda Municipal, visando um abordagem eficaz no gerenciamento de crises, diminuição de tempo de resposta e melhoria da apresentação pessoal dos Guardas Municipais. Valor Total: R\$ 500.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 40.000,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404, Num Empenho: 2013NE000391, Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2013NE000390, Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2013NE000245, Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404, Num Empenho: 2013NE000251, Vigência: 30/12/2013 a 30/12/2014. Data de Assinatura: 30/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: VALDOMIRO LOPES DA SILVA JUNIOR, CPF nº 910.815.808-87.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 793452/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL, CNPJ nº 00.498.299/0001-56, Interventente: ROSALBA CIARLINI ROSADO, CPF nº 199.516.984-68. Proporcionar condições físicas, ambientais e de mudança comportamental para o pleno desenvolvimento pessoal dos operadores de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, através do fortalecimento de ações voltadas à capacitação e a melhoria da qualidade de vida desses profissionais. Valor Total: R\$ 578.163,24. Valor de Contrapartida: R\$ 28.909,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63848, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2013NE000266, Crédito Orçamentário: PTRES: 63848, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000267, Vigência: 27/12/2013 a 27/12/2015. Data de Assinatura: 27/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: ALDAIR DA ROCHA, CPF nº 008.814.778-93, Interventente: ROSALBA CIARLINI ROSADO, CPF nº 199.516.984-68.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 793695/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ nº 00.368.105/0001-06. Fortalecimento da Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Estado do Piauí. Valor Total: R\$ 470.831,00. Valor de Contrapartida: R\$ 23.541,55. Crédito Orçamentário: PTRES: 63866, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304, Num Empenho: 2013NE000300, Vigência: 27/12/2013 a 27/12/2014. Data de Assinatura: 27/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: RILMAR FIRMINO DE SOUSA, CPF nº 568.298.094-87.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 796149/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA, CNPJ nº 44.733.608/0001-09. Fortalecimento da Guarda Municipal de Indaiatuba através da aquisição de materiais e equipamentos visando a expansão de sua atuação, tanto no âmbito social como na prevenção da criminalidade. Valor Total: R\$ 2.805.051,00. Valor de Contrapartida: R\$ 224.404,08. Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2013NE000358, Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404, Num Empenho: 2013NE000359, Vigência: 30/12/2013 a 30/12/2014. Data de Assinatura: 30/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, CPF nº 102.517.698-79.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 798411/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, CNPJ nº 05.058.441/0001-68. Fortalecimento da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social e da Guarda Municipal de Ananindeua do Estado do Pará. Valor Total: R\$ 1.266.266,00. Valor de Contrapartida: R\$ 56.370,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404, Num Empenho: 2013NE000393, Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2013NE000379, Vigência: 30/12/2013 a 30/12/2014. Data de Assinatura: 30/12/2013. Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: MANOEL CARLOS ANTUNES, CPF nº 082.727.702-00.

(SICONV(PORTAL) - 13/01/2014)

Espécie: Convênio Nº 798416/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200330, Gestão: 00001, Conveniente: NOVA IGUAÇU - PREFEITURA, CNPJ nº 29.138.278/0001-01. Estruturação da Secretaria Assuntos Estratégicos, órgão responsável pela Política de Segurança e Prevenção à Violência. Valor Total: R\$ 217.555,00. Valor de Contrapartida: R\$ 33.600,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 63843, Fonte Recurso:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**



CONVÊNIO SENASP/MJ Nº 813295/2014

Convênio que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, para os fins que especifica.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, CNPJ 00.394.494/0072-20, por meio da **SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, CNPJ 00.394.494/0005-60, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Brasília, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pela **SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI**, RG 11848420 SSP-SP, CPF 052.507.538-09, domiciliada na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 5º andar, sala 500, Brasília/DF, com competência delegada pela Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006, e o **ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ 00.394.585/0001-71, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA** CNPJ 04.793.055/0001-57, daqui por diante denominado **CONVENIENTE**, representado neste ato pelo **GOVERNADOR CONFUCIO AIRES MOURA**, CPF 037.338.311-87, domiciliado a rua Alameda Piquiá, nº 1577 - setor 01, Porto Velho/RO, e pelo **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA ANTONIO CARLOS DOS REIS**, CPF 886.827.577-53, residente à Rua João Estrela, nº 75 Bairro Panair - Porto Velho - RO, resolvem celebrar o Convênio, de conformidade com o Processo nº 08020.035352/2014-63, observado o contido, na Lei 8.666/93, na Lei Complementar 101/2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 12.919/2013, no Decreto 93.872/86, na Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, Portaria MJ nº 458/2011, no Decreto 6.170/07 e Lei nº 11.530/07 (Programa de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este **CONVÊNIO** tem por objeto o Aprimoramento e estruturação das Centrais de Custódia e da Cadeia de custódia de vestígios nas unidades de perícia oficial do Estado de Rondônia (Capital e interior) visando à qualidade da prova técnica-científica para esclarecimento de crimes nas investigações criminais, no âmbito do Programa de Segurança Pública com Cidadania, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP/MJ.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENIENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este **CONVÊNIO**, independentemente da transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

Excepcionalmente, admitir-se-á ao **CONVENIENTE** propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelos setores técnicos e submetida à aprovação do **CONCEDENTE**, vedada, porém, a mudança do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Os partícipes deste **CONVÊNIO** se comprometem, cada qual na sua esfera de competências e atribuições, a observar, na execução do convênio, as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, especialmente no que concerne na gestão integrada da segurança pública e de Prevenção da Violência, consubstanciados, dentre outras, nas seguintes iniciativas:

- a) promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural;
- b) criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias;
- c) promoção da segurança e da convivência pacífica;
- d) garantia do acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis;
- e) garantia, por meio de medidas de urbanização, da recuperação dos espaços públicos;
- f) modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional;
- g) valorização dos profissionais de segurança pública e dos agentes penitenciários;
- h) intensificação e ampliação das medidas de enfrentamento do crime organizado e da corrupção policial;
- i) promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência que considerem as dimensões de gênero, étnicas, raciais, geracionais e de orientação sexual;
- j) transparência de sua execução;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CONCEDENTE

- a) Promover o repasse do recurso financeiro de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho.
- b) Monitorar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado, mediante vistorias "in loco", diretamente, ou por terceiros, expressamente autorizados.

- c) Analisar e deliberar sobre a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique mudança do objeto.
- d) Analisar as prestações de contas dos recursos do Convênio, na forma da legislação em vigor.
- e) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

II - DO CONVENIENTE

- a) Promover o crédito do recurso financeiro referente à Contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso e com o disposto na CLÁUSULA SEXTA.
- b) Executar as atividades pactuadas na CLÁUSULA PRIMEIRA, de conformidade com o Plano de Trabalho aprovado.
- c) Aplicar e gerir os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** concomitantemente com os correspondentes à Contrapartida exclusivamente no objeto do **CONVÊNIO** em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pelo **CONCEDENTE**.
- d) Aplicar os recursos do **CONVÊNIO**, obrigatoriamente em caderneta de poupança, salvo se a execução ocorrer em até trinta dias.
- e) Observar, nas aquisições e contratações, as normas vigentes sobre os procedimentos licitatórios, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade.
- f) O uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, e quando não couber, presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31/7/2006, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2006, observando-se o prazo limite estabelecido no artigo 2º da citada Portaria.
- g) Inserir cláusula nos contratos celebrados para a execução deste Convênio que permita o livre acesso dos servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, referentes ao objeto contratado.
- h) Incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, mantendo-o atualizado.
- i) Utilizar a logomarca do Governo Federal e o número do Convênio com destaque, em todas as medidas adotadas e bens adquiridos com recursos do Convênio.
- j) Propiciar aos técnicos credenciados pelo **CONCEDENTE** todos os meios necessários para realizar o acompanhamento e fiscalização da execução do **CONVÊNIO**.
- k) Restituir o eventual saldo de recursos ao **CONCEDENTE**, inclusive os rendimentos provenientes das aplicações financeiras, no prazo de trinta dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do **CONVÊNIO**.
- l) Recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor, atualizado monetariamente, na forma prevista na legislação vigente, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.
- m) Prestar contas na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento, ou parcialmente, quando solicitado.

- n) Zelar pela conservação e manutenção dos bens adquiridos.
- o) Abster-se de utilizar os recursos do convênio para fins políticos de qualquer natureza, bem como em benefício de candidatos a cargo eletivo nas eleições.
- p) Permitir o livre acesso dos servidores do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes ao Convênio, bem como aos locais de execução do objeto.
- q) Realizar no SICONV todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios, quando couber, em atendimento ao inciso XVI do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- r) Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidades na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE, conforme inciso XVII do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- s) Manter constantemente atualizado o Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública, Prisionais e Drogas - Sinesp, sob pena do disposto no § 2º do artigo 3º da Lei nº 12.681 de 04 de julho de 2012 que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP;
- t) Inserir no Siconv, nos casos de objetos que contenham capacitação, cursos, seminários ou oficinas de prevenção à violência, cópia dos seguintes documentos: lista de presença assinada de todos os participantes, cronograma das atividades, conteúdo programático em casos de cursos ou capacitação, ficha de inscrição de participantes, programação de seminário, certificados de conclusão, fotografias que comprovem as atividades, lista de distribuição de lanches ou materiais didáticos aos participantes de cursos, seminários e oficinas; exemplares de material de divulgação ou material didático produzido com recursos de convênio.
- u) Prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento - CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contrata para esta finalidade, em atendimento ao inciso XV do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- v) Registrar no SICONV a documentação referente ao procedimento licitatório, em conformidade ao inciso XVIII do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- w) Inserir no SICONV, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação do extrato do instrumento a designação do responsável pela execução do objeto acordado.
- x) Fornecer os códigos fontes, bem como toda a documentação necessária, de sistemas financiados com recursos deste CONVÊNIO, quando solicitado pelo CONCEDENTE, a fim de que esses possam ser doados a outros entes federados.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS

O **CONVENIENTE** deverá assegurar a garantia de direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional da Juventude.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, os recursos destinados são de R\$ 527.183,00 (quinhentos e vinte e sete mil, cento e oitenta e três reais), conforme o Plano de Aplicação aprovado pelo **CONCEDENTE**, assim discriminados:

I - CONCEDENTE:

R\$ 500.126,17 (quinhentos mil, cento e vinte seis reais e dezessete centavos) à conta do Orçamento Fiscal da União para 2014, Lei nº 12.952/2014, no Programa de Trabalho 06.181.2070.8855.0001 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública - Nacional, PI 3000FO-BS4, na Natureza de Despesa 3330.41, 2014NE800106 no valor de R\$ 152.781,35 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), e 4430.41, 2014NE800108 no valor de R\$ 347.344,82 (trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

II - CONVENIENTE:

R\$ 27.056,83 (vinte e sete mil, cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos), relativos à contrapartida financeira, conforme a Lei nº 12.919/2013 e Portaria nº 574/2014, de 31/03/2014. Unidade: Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania; Função/Subfunção: 06/181; Programa: 2020; Projeto/Atividade: 06.181.2020.1276; Natureza de Despesa: 4490.52 e 3390.30.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão liberados em uma parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso, constantes do Plano de Trabalho aprovado pela SENASP/MJ.

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste **CONVÊNIO** não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA NONA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos deste **CONVÊNIO**, desembolsados pela **CONCEDENTE** e **CONVENIENTE**, serão mantidos, exclusivamente, na Agência 0632-7, Conta 0060007442, Banco Caixa Econômica, Porto Velho/RO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos referidos nesta Cláusula só serão permitidos para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho.

Os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto quando o pagamento for devido à pessoa física que não possuir conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste Instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os recursos serão, obrigatoriamente, aplicados na instituição bancária mencionada, em caderneta de poupança, salvo se a execução ocorrer em até trinta dias.

Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do **CONVÊNIO** e aplicados, exclusivamente, na sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a **Prestação de Contas**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento da execução deste **CONVÊNIO** será realizado por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, e terá a finalidade de verificar a correta aplicação dos recursos e a consecução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENIENTE** fica obrigado a encaminhar a **Prestação de Contas Final**, dos recursos de que trata a **CLÁUSULA SEXTA**, na forma do art. 72 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, acrescido dos extratos bancários da conta corrente específica e de aplicação financeira, além de outros documentos à critério do Concedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **Prestação de Contas Final** será apresentada ao **CONCEDENTE**, via **SICONV**, no prazo máximo de sessenta dias contados do término da vigência do **CONVÊNIO** ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **CONVENIENTE**, devidamente identificados com o número do **CONVÊNIO**, e deverão ser mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de vinte anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O **CONVENENTE** compromete-se a restituir o valor transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizado na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto.
- b) Omissão no dever de apresentar a prestação de contas no prazo e na forma exigidos.
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no **CONVÊNIO**.
- d) Irregularidade que resulte em prejuízo ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada à **CONCEDENTE**, por meio dos órgãos responsáveis ou de mandatários legalmente constituídos, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício da fiscalização e do controle da execução deste **CONVÊNIO**, bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do **CONVÊNIO** será contado a partir da data de sua assinatura até 29 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante o Termo Aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Este convênio somente poderá ser alterado mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de trinta dias antes do término de sua vigência, que possibilite a análise e decisão, e desde que não haja mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), adquiridos, produzidos e transformados ou construídos com os recursos oriundos do **CONCEDENTE**, permanecerão sob a guarda e responsabilidade do **CONVENENTE** durante a vigência deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Findo o **CONVÊNIO**, observado o fiel cumprimento do objeto nele proposto, verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens patrimoniais acima referidos serão doados ao **CONVENENTE**, conforme dispõe o § 2º do art. 41 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Sendo o **CONVÊNIO** rescindido por quaisquer dos motivos previstos na **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**, bem como não tendo seu curso regular, os bens patrimoniais acima referidos serão automaticamente revertidos ao **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este **CONVÊNIO** poderá ser rescindido, conforme o disposto no inciso XVII do art. 43 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas Cláusulas ou Condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável e, particularmente, quando constatadas as seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.
- b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 54 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011.
- c) Omissão no dever de apresentar a prestação de contas no prazo e na forma exigidos.
- d) Constatação, a qualquer tempo de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.
- e) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **CONVÊNIO** poderá, ainda, ser denunciado por quaisquer dos partícipes, observado o aviso de trinta dias antes do término da execução estabelecida no Plano de Trabalho, findos os quais será dada publicidade ao ato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste **CONVÊNIO**, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **CONVÊNIO** será, obrigatoriamente, destacada a participação da **CONCEDENTE**, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GLOSA DA DESPESA

Serão glosadas as despesas porventura realizadas com finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência, especialmente aquelas:

- a) A título de taxa de administração, de gerência ou similar, bem como para contratação de pessoal, exceto de serviços de terceiros diretamente vinculados à execução do objeto.
- b) Relativas a prestação de serviços de consultoria ou assistência técnica, gratificação ou qualquer outra espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes.
- c) Com data anterior ou posterior à vigência deste **CONVÊNIO**.
- d) Decorrentes de multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

Todas as comunicações relativas a este **CONVÊNIO** serão consideradas como regularmente feitas se registradas no SICONV e comunicadas ao **CONCEDENTE**, por meio de Ofício e e-mail.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As comunicações dirigidas ao **CONVENIENTE** deverão ser entregues na Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Rua dos Imigrantes nº 3587, Porto Velho/RO, CEP 76803-611.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As comunicações dirigidas à **CONCEDENTE** deverão ser entregues no Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ - Edifício Sede, sala 500, CEP 70.064-900, Brasília - DF.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As alterações de endereços e de número de telefone de quaisquer partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste **CONVÊNIO**, no Diário Oficial da União, será providenciada pela **CONCEDENTE** no prazo de até vinte dias a contar de sua assinatura, conforme o disposto no art. 46 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

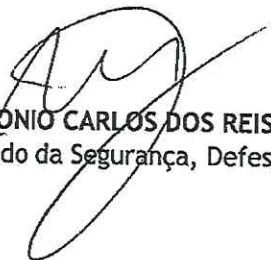
Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões decorrentes deste **CONVÊNIO**, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão submetidas primeiramente a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, nos termos do inciso III do art. 18 do Decreto nº 7.392/2010, e, caso necessário, à jurisdição da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em conformidade com o inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os **CONCEDENTE** e **CONVENENTE** firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.


Brasília, 29 de dezembro de 2014.



REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI
Secretária Nacional de Segurança Pública


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador do Estado de Rondônia


ANTÔNIO CARLOS DOS REIS
Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

TESTEMUNHAS:

Nome: 
Identidade: 2.386.103-SSP/DF
CPF: 011.772.361-41

Nome: 
Identidade: 2105214 SSP DF
CPF: 981.589.701-25

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**

CONVÊNIO Nº 34/2020

Processo nº 23036.001822/2020-58

CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL Nº 899575/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP, A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA DE RONDÔNIA.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério da Educação, de acordo com a Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, publicado no Diário Oficial de 15 de março subsequente, inscrito no CNPJ nº 01.678.363/0001-43, com sede no SIG Quadra 04, Lote 327, Ed. Villa Lobos, Brasília - DF, neste ato representado por seu Diretor de Gestão e Planejamento, Sr. **ALFREDO MURILLO GAMEIRO DE SOUZA**, nomeado pela Portaria/CCPR nº 1.859, publicada no DOU de 07/06/2019 e com delegação de competência para a prática do ato administrativo definida pela Portaria nº 252 de 02/03/2020, publicada no Boletim de Serviços Inep de 03/03/2020, portador da Carteira de Identidade nº 1.016.140, SSP/DF, CPF nº 371.531.961-53, com endereço na Rua 36 Norte, Bloco H, Lote 3350, Aptº 1.002 - Águas Claras, na cidade de Brasília/DF, CEP: 71.919-180, doravante denominado **CONCEDENTE** e, de outro a **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA DE RONDÔNIA**, CNPJ nº 04.793.055/0001-57, com sede na Avenida Farquar, 2986, Ed. Rio Cautario, Bloco Curvo II, 3º andar - Pedrinhas, Porto Velho-RO, CEP: 76.801-470, representada por seu Secretário o Sr. **JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA**, CPF nº 485.337.934-72, residente na Rua Cipriano Gurgel, 3512, Bloco D, Aptº 103 - Industrial, Porto Velho, doravante denominada **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente convênio de mútua cooperação nº 899575/2020, registrado na Plataforma +Brasil, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, consoante o processo administrativo nº 23036.001822/2020-58 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente convênio apoiar o Inep, através do emprego dos operadores do Sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia, garantindo o sigilo e segurança na distribuição e

aplicação dos instrumentos avaliativos no âmbito de todas as edições do Enem compreendidas no triênio de 2020, 2021 e 2022.

2. **CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS.**

2.1. Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo CONVENIENTE e aceitos pelo CONCEDENTE na Plataforma +Brasil, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

2.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do Concedente.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA– DAS OBRIGAÇÕES**

3.1. Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

3.2. **Do Concedente:**

3.2.1. realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

3.2.2. transferir ao Conveniente os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do INEP e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho.

3.2.3. acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, na forma do art. 41, *caput*, inciso III, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, comunicando ao CONVENIENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

3.2.4. analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;

3.2.5. dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; e

3.2.6. divulgar atos normativos e orientar o CONVENIENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades.

3.3. **Da Conveniente:**

3.3.1. executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

3.3.2. aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

3.3.3. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

3.3.4. submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;



3.3.5. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

3.3.6. proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

3.3.7. realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

3.3.8. manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

3.3.9. manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

3.3.10. facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

3.3.11. permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, se houver;

3.3.12. apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

3.3.13. apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

3.3.14. assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, afixar a marca do INEP nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR no 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;

3.3.15. manter o concedente informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

3.3.16. permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

3.3.17. dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público Federal, o respectivo Ministério Público Estadual e a Advocacia-Geral da União;



3.3.18. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução de contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

3.3.19. manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pelo INEP de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

3.3.20. disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.



4. **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. Este Termo de Convênio terá vigência de até 30/04/2023, contados a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

4.2. O CONCEDENTE prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R\$ 767.846,56** (setecentos e sessenta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1. **R\$ 70.092,00** (setenta mil noventa e dois reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, publicada no DOU de nº 13, de 20 de janeiro de 2020, UG 153978, assegurado pela Nota de Empenho nº 2020NE800467, vinculada ao Programa de Trabalho nº 12368501420RM0001, PTRES 170040, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 8142261010, Natureza da Despesa 33.30.41;

5.1.2. **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), relativos à contrapartida do CONVENIENTE, estão garantidos por meio de Declaração emitida pela autoridade do CONVENIENTE, e inserida na Plataforma +Brasil.

5.2. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE;

5.3. O CONVENIENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/sub-atividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio;

5.4. A indicação dos créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pelo CONCEDENTE nos exercícios subsequentes, no valor total de **R\$ 681.754,56** (seiscentos e oitenta e um mil setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), será realizada mediante registro contábil e poderá ser formalizada por meio de apostila.

5.5. Os recursos de investimento, para atender às despesas em exercícios futuros, deverão estar consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize;

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRAPARTIDA**

6.1. Compete ao CONVENIENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante

depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

6.2. O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

6.3. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

7.1. Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

7.2. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao presente Convênio e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE.

7.3. A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada à conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

7.4. Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

7.5. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

7.6. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, o instrumento deverá ser rescindido.

7.7. É vedada a liberação da primeira parcela de recursos para o CONVENENTE que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias.

7.8. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do INEP, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado na Plataforma +Brasil, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

7.9. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE:

7.9.1. comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do conveniente; e

7.9.2. estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

7.10. Nos termos do §3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a liberação das parcelas do Convênio ficará retida até o saneamento das impropriedades constatadas, quando:

7.10.1. não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;

7.10.2. for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do CONVENENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas; e



7.10.3. o CONVENENTE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

7.11. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

7.12. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

7.13. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

7.14. O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica.

7.14.1. a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

7.14.2. o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

7.15. O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula Décima Quarta, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

7.16. No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula Décima Quarta, inciso I, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

7.17. É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

7.18. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e aos órgãos de controle.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

8.1. O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

8.2. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

8.2.1. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

8.2.2. realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

8.2.3. efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

8.2.4. efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;



8.2.5. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

8.2.6. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

8.2.7. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;

8.2.8. transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

8.2.9. transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

8.2.10. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

8.3. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados na Plataforma +Brasil e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENIENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENIENTE, devendo ser registrado na Plataforma +Brasil o beneficiário final da despesa:

8.3.1. por ato da autoridade máxima do CONCEDENTE;

8.3.2. na execução do objeto pelo CONVENIENTE por regime direto; e

8.3.3. no ressarcimento ao CONVENIENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

8.4. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENIENTE incluirá na Plataforma +Brasil, no mínimo, as seguintes informações:

8.4.1. a destinação do recurso;

8.4.2. o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

8.4.3. o contrato a que se refere o pagamento realizado;

8.4.4. informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e

8.4.5. A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

8.5. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

9. CLÁUSULA NONA - DO IMPEDIMENTO DE TERCEIROS

9.1. É vedado ao CONVENIENTE celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

10.1. A Conveniente deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei no



8.666, de 1993, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

10.2. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente poderão ser publicados pela Conveniente após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais ser feita no Diário Oficial da União, sem prejuízo ao uso de outros veículos de publicidade usualmente utilizados pela Conveniente.

10.3. Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, cuja inviabilidade de utilização deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente da Conveniente.

10.4. As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas na Plataforma +Brasil.

10.5. O prazo para início do procedimento licitatório será de até 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo conveniente e aceito pelo concedente.

10.6. Nos termos do artigo 50-A, da Portaria Interministerial nº 424/2016, e devidamente justificado pelo CONVENIENTE, poderá ser aceito:

10.6.1. Licitação realizada antes da assinatura do instrumento, desde que:

10.6.1.1. fique demonstrado que a contratação é economicamente mais vantajosa para o conveniente, se comparada com a realização de uma nova licitação;

10.6.1.2. a licitação tenha seguido as regras estabelecidas na legislação específica de que trata o art. 49, inclusive quanto à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos firmados; e

10.6.1.3. o objeto da licitação guarde compatibilidade com o objeto do instrumento, caracterizado no plano de trabalho, sendo vedada a utilização de objetos genéricos ou indefinidos.

10.6.2. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FEDERAL, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento, desde que:

10.6.2.1. a ata esteja vigente;

10.6.2.2. a ata permita motivadamente a adesão;

10.6.2.3. a especificação dos itens a serem adquiridos esteja de acordo com o plano de trabalho aprovado; e

10.6.3. Contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento, desde que:

10.6.3.1. a licitação tenha seguido as regras estabelecidas na legislação específica de que trata o art. 49, inclusive quanto à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos firmados;

10.6.3.2. o contrato esteja vigente;

10.6.3.3. fique demonstrado que o aproveitamento do contrato é economicamente mais vantajoso para o conveniente, se comparado com a realização de uma nova licitação; e

10.6.3.4. a empresa vencedora da licitação venha mantendo, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.7. Nos casos de que trata o item 10.6.3:



10.7.1. somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária; e

10.7.2. a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

10.8. O Concedente deverá verificar os procedimentos licitatórios realizados pela Conveniente, atendo-se à documentação no que tange aos seguintes aspectos:

10.8.1. contemporaneidade do certame;

10.8.2. compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência;

10.8.3. enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado, e

10.8.4. fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do Conveniente ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

10.9. O CONVENIENTE deverá inserir cláusula, nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, que obrigue o contratado a conceder livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado.

10.10. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

10.10.1. no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

10.10.2. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

10.10.3. no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

10.11. O CONVENIENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO**

11.1. O instrumento poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

11.2. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pelo concedente observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo a execução do objeto pactuado.

11.3. A prorrogação "de ofício" da vigência do instrumento, prescinde de prévia análise da área jurídica do concedente:

11.3.1. no caso de atraso de liberação de parcelas pelo concedente ou mandatária;

11.3.2. em havendo a paralisação ou o atraso da execução por determinação judicial, recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito, força maior ou interferências imprevistas; ou

11.3.3. desde que devidamente justificado pelo conveniente e aceito pelo concedente, nos casos em que o objeto do instrumento seja voltado para a aquisição de equipamentos que exijam adequação ou outro aspecto que venha retardar a entrega do bem.



11.4. A prorrogação de que trata o Item 11.3 deverá ser compatível com o período em que houve o atraso e deverá ser viável para conclusão do objeto pactuado.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO**

12.1. Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma dos arts. 53 a 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

12.2. O CONCEDENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

12.2.1. a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

12.2.2. a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

12.2.3. a regularidade das informações registradas pelo CONVENIENTE na Plataforma +Brasil; e

12.2.4. o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

12.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar formalmente o servidor responsável pelo seu acompanhamento.

12.4. No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

12.4.1. valer-se do apoio técnico de terceiros;

12.4.2. delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

12.4.3. reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

12.4.4. solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do Convênio;

12.4.5. programar visitas ao local da execução, quando couber, observado o disposto no art. 54, *caput*, inciso I, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

12.4.6. utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na *internet*, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

12.4.7. valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

12.5. Constatadas irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará o CONVENIENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período.

12.6. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o concedente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano ao erário.

12.7. Prestadas as justificativas, o CONCEDENTE, aceitando-os, fará constar nos autos do processo as justificativas prestadas e dará ciência à Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 7º, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.



12.8. Caso as justificativas não sejam acatadas, o CONCEDENTE abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o CONVENENTE regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

12.9. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do conveniente devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido desse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

12.10. A permanência da irregularidade após o prazo estabelecido no § 2º deste artigo, ensejará o registro de inadimplência na Plataforma +Brasil e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de tomada de contas especial.

12.11. As comunicações elencadas nos Itens 12.5, 12.6 e 12.8 serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil, enviando cópia, em todos os casos, para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE.

12.12. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

12.13. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONCEDENTE. O CONVENENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

12.14. O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará os Ministérios Públicos Federal, Estadual e a Advocacia-Geral da União, nos termos dos arts. 7º, §§ 2º e 3º, e 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo conveniente e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

13.2. O CONVENENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1. O órgão ou entidade que receber recursos por meio deste Convênio estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, na forma estabelecida pelos arts. 59 a 64 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

14.2. A prestação de contas financeira consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o



registro e a verificação da conformidade financeira ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

14.3. A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.

14.4. A prestação de contas deverá ser realizada pela Plataforma +Brasil, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio, a qual deverá ser registrada pelo CONCEDENTE no aludido Sistema.

14.5. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos documentos e informações registrados pelo CONVENIENTE na Plataforma +Brasil, pelo seguinte:

14.5.1. relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;

14.5.2. declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Convênio;

14.5.3. comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

14.5.4. termo de compromisso por meio do qual o CONVENIENTE se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do §3º do art. 4º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

14.6. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo adicional máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

14.7. Se, ao término do prazo estabelecido no Item 14.6, o CONVENIENTE não apresentar a prestação de contas na Plataforma +Brasil nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência na Plataforma +Brasil por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

14.8. Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente Convênio, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

14.9. O CONCEDENTE deverá registrar na Plataforma +Brasil o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

14.9.1. para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos do Item 14.5 desta Cláusula;

14.9.2. para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

14.10. A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

14.11. Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas dos instrumentos, poderão ser utilizados subsidiariamente pelo CONCEDENTE os relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, durante as atividades regulares de suas funções.



14.12. Antes da tomada da decisão final de que trata o Item 14.7, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, o CONCEDENTE notificará o CONVENIENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias (art. 10, §9º, do Decreto nº 6.170, de 2007, c/c art. 59, §9º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016).

14.13. A notificação prévia, prevista no Item 14.12, será feita por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENIENTE, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil.

14.14. O registro da inadimplência na Plataforma +Brasil só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENIENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

14.15. O CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento no parecer técnico e parecer financeiro expedidos pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado na Plataforma +Brasil, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

14.16. A análise da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

14.16.1. aprovação;

14.16.2. aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou

14.16.3. rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, nos termos do Item 14.14.

14.17. Quando for o caso de rejeição da prestação de contas em que o valor do dano ao erário seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o CONCEDENTE poderá, mediante justificativa e registro do inadimplemento no CADIN, aprovar a prestação de contas com ressalva. A Portaria Nº 685, de 14 de setembro de 2006 da Secretaria do Tesouro Nacional, faculta a inscrição no CADIN no caso de dívidas iguais ou superiores a R\$ 1.000,00, até o limite de R\$ 9.999,99.

14.18. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato na Plataforma +Brasil e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, observando os arts. 70 a 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

14.19. Na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a autoridade administrativa deverá adotar outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

14.20. Findo o prazo de que trata o Item 14.15 desta cláusula, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

15.1. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENIENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site



www.tesouro.fazenda.gov.br, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG) 153978 e Gestão 00001 (Tesouro) e:

15.1.1. O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio.

15.1.2. O valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

15.1.2.1. quando não for executado o objeto do Convênio, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;

15.1.2.2. quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento;

15.1.2.3. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

15.1.3. O valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

15.2. A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE e os da contrapartida do CONVENENTE, independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

15.3. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

15.4. Nos casos de descumprimento do prazo previsto no **caput**, o CONCEDENTE deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

15.5. Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo CONCEDENTE e CONVENENTE, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES**

16.1. Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007 e da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

16.2. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

16.3. O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo nesse documento estar claras as regras e diretrizes de utilização dos bens.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

17.1. O presente Convênio poderá ser:

17.1.1. denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

17.1.2. rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:





- 17.1.2.1. utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- 17.1.2.2. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- 17.1.2.3. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- 17.1.2.4. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos arts. 71 e 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- 17.1.2.5. inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, comprovada nos termos do § 9º do art. 41 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- 17.1.2.6. inexistência de comprovação de retomada da execução, após findo o prazo previsto na cláusula oitava, deste instrumento, situação em que incumbirá ao concedente:
- 17.1.2.7. 1. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e
- 17.1.2.8. 2. analisar a prestação de contas, em atenção ao disposto na cláusula Décima Quarta deste instrumento.
- 17.2. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.
- 17.3. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, o concedente deverá, no prazo máximo de sessenta dias, contado da data do evento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

- 18.1. A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.
- 18.2. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Plataforma +Brasil aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.
- 18.3. O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio à Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura, bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.
- 18.4. O CONVENIENTE obriga-se a:
- 18.4.1. caso seja o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- 18.4.2. cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver;
- 18.4.3. disponibilizar, em seu sítio eletrônico na *internet* ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para

a execução do objeto pactuado, ou inserir **link** em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

19.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

19.1.1. todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio da Plataforma +Brasil, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

19.1.2. as comunicações que não puderem ser efetuadas pela Plataforma +Brasil serão remetidas por e-mail, correspondência ou fax, e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

19.1.3. as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

19.1.4. as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

19.1.5. as exigências que não puderem ser cumpridas por meio da Plataforma +Brasil deverão ser supridas através da regular instrução processual.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**

20.1. Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

20.2. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal ou o foro na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, conforme §2º, do art. 109 da Constituição Federal.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONCORDÂNCIA ENTRE AS PARTES**

21.1. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi assinado eletronicamente pelas partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele

Concedente:

ALFREDO MURILLO GAMEIRO DE SOUZA
Diretor de Gestão e Planejamento do INEP

Conveniente:

JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA
Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia



SIG Quadra 04, Lote 327, Edifício Villa Lobos - 2º Andar, Ala A - Bairro Setor de Indústrias Gráficas, Brasília/DF,
CEP 70610-908



Documento assinado eletronicamente por **José Hélio Cysneiros Pachá, Usuário Externo**, em 15/10/2020, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Murillo Gameiro de Souza, Diretor(a) de Gestão e Planejamento/Ordenador(a) de Despesa**, em 15/10/2020, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inep.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.inep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.inep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0580216** e o código CRC **440CC82D**.

Referência: Processo nº 23036.001822/2020-58

SEI nº 0580216



OBJETO 2: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 2/2020, 3 de março de 2020, extrato publicado no DOU de 5 de março de 2020, prorrogando-se o termo de vigência até 3 de julho de 2021, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

PROCESSO: 23236.000194/2020-37

DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2020

SIGNATÁRIOS: Wendell Eduardo Moura Costa, Diretor-geral, como contratante, e Diana Lopes da Silva, como contratado.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 158099

Número do Contrato: 28/2017.

Nº Processo: 23199000551201755.

PREGÃO SISPP Nº 47/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 07343712000152. Contratado : MOBILE COMERCIO E SERVICOS EM -TELECOMUNICACOES LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência para o período de 01/12/20 a 30/11/2021. Fundamento Legal: lei 8666/93 . Data de Assinatura: 27/11/2020.

(SICON - 17/12/2020)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 158099

Número do Contrato: 29/2017.

Nº Processo: 23199000551201755.

PREGÃO SISPP Nº 47/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 07343712000152. Contratado : MOBILE COMERCIO E SERVICOS EM -TELECOMUNICACOES LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência para o período de 01/12/20 a 30/11/2021. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Data de Assinatura: 27/11/2020.

(SICON - 17/12/2020)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 899575/2020, Nº Processo: 23036001822202058, Concedente: INST. NACIONAL DE EST. E PESQUISAS EDUCACIONAIS, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANA, DEFESA E CIDADANIA CNPJ nº 04793055000157, Objeto: O Programa visa planejar, pactuar, implementar, coordenar e apoiar juntos aos Estados a garantia do Sigilo e da Segurança dos Exames e Avaliações realizados pelo INEP que pela sua natureza possuiu valor agregado.

O Exame Nacional do Ensino Médio - Enem é um evento de magnitude nacional, de natureza democrática onde os candidatos concorrem em mesmas condições, tendo em vista aplicação padrão de avaliação, ao acesso às Instituições de Ensino Superior - IES, bem como a participação de outros programas e ações do governo federal. Valor Total: R\$ 767.846,56, Valor de Contrapartida: R\$ 16.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2020 - R\$ 70.092,00; 2022 - R\$ 611.662,56; 2023 - R\$ 70.092,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2020NE800467, Valor: R\$ 70.092,00, PTRES: 170040, Fonte Recurso: 8142261010, ND: 33304141, Vigência: 15/10/2020 a 30/04/2023, Data de Assinatura: 15/10/2020, Signatários: Concedente: ALFREDO MURILLO GAMEIRO DE SOUZA CPF nº 371.531.961-53, Conveniente: JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA CPF nº 485.337.934-72.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2020 - UASG 153978

Número do Contrato: 41/2018.

Nº Processo: 23036001854201839.

PREGÃO SISPP Nº 30/2018. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E -PESQUISAS EDUCACIONAIS. CNPJ Contratado: 01011976000122. Contratado : ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA-S/A. Objeto: Prorrogação por 12 (doze) meses e adequação do valor com alteração das cláusulas: Segunda - Vigência; Terceira - Preço; Quarta - Dotação Orçamentária e Sétima - Garantia de Execução. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e 13.932/2019. Vigência: 20/12/2020 a 20/12/2021. Valor Total: R\$1.941.544,68. Fonte: 81000000000 - 2020NE800643 Fonte: 81000000000 - 2020NE800644. Data de Assinatura: 17/12/2020.

(SICON - 17/12/2020) 153978-26290-2020NE800002

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020

A pregoeira do INEP torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 09/2020, cujo objeto é o registro de preço para eventual aquisição de mobiliário. Empresas vencedoras:

Grupo 1-OFFICE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-09.258.263/0001-70-R\$ 309.976,00

Grupo 2-CERCATO EMER INDUSTRIA DE MOVEIS EIRELI-06.058.159/0001-43 R\$ 58.250,00

Grupo 3-FORMA OFFICE COMERCIO DE MOVEIS E INTERIORES LTDA-09.813.581/0001-55 R\$ 25.080,00

Item 12-MADELIDER COMERCIAL EIRELI EPP 02.027.570/0001-09 R\$ 285,00

Item 13 J S FAGUNDES EIRELI 21.103.048/0001-03 R\$ 538,00

Item 14 BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI 29.209.847/0001-62 R\$

777,99



UNIVERSIDADE FEDER
PRO-REITORIA DE GESTÃO DE I
DEPARTAMENTO DE ADMIN

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº Processo: 23065022574202085 . Objeto: Contr. administrativa e financeira do projeto de pesquisa dos guias do PNLD 2021-2023", TED 9838. Total Legal: Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de https://ufal.br/transparencia/licitacoes/dispensa-c Declaração de Dispensa em 15/12/2020. LEONA Ratificação em 15/12/2020. JOSEALDO TONHOLI CNPJ CONTRATADA : 12.449.880/0001-67 FUI EXTENSAO E PESQUISA.

(SIDE - 17/12/2020) 153037-15222-2020NE0000

UNIVERSIDADE FEDER

EXTRATOS DE TERM

Extrato de Termo Aditivo nº 02
Nº Processo: 23087.008120/2019-66
Contratante: Universidade Federal de Alfenas/I
Contratada: MARIA JOSÉ CLAPIS
Objeto: Prorrogação do Contrato nº 28/2019 .
Fundamento Legal: Lei nº 8.745/93
Vigência: 01-02-2021 a 31-07-2021
Data da assinatura: 07-12-2020

Extrato de Termo Aditivo nº 02
Nº Processo: 23087.003863/2020-28
Contratante: Universidade Federal de Alfenas/I
Contratado: JEAN MARCEL SOUSA LIRA
Objeto: Prorrogação do Contrato nº 06/2020 .
Fundamento Legal: Lei nº 8.745/93
Vigência: 17-01-2021 a 16-01-2021
Data da assinatura: 10-12-2020

Extrato de Termo Aditivo nº 04
Nº Processo: 23087.001169/2019-98
Contratante: Universidade Federal de Alfenas/I
Contratado: MATHEUS SARAIVA ALCINO
Objeto: Prorrogação do Contrato nº 18/2019 .
Fundamento Legal: Lei nº 8.745/93
Vigência: 17-01-2021 a 16-04-2021
Data da assinatura: 10-12-2020

Extrato de Termo Aditivo nº 02
Nº Processo: 23087.014664/2019-67
Contratante: Universidade Federal de Alfenas/I
Contratado: JOSÉ ANTÔNIO PINTO
Objeto: Prorrogação do Contrato nº 38/2019 .
Fundamento Legal: Lei nº 8.745/93
Vigência: 19-02-2021 a 18-08-2021
Data da assinatura: 08-12-2020

Extrato de Termo Aditivo nº 02
Nº Processo: 23087.013928/2019-65
Contratante: Universidade Federal de Alfenas/I
Contratado: FABRÍCIO CASAREJOS LOPES LUIZ
Objeto: Prorrogação do Contrato nº 32/2019 .
Fundamento Legal: Lei nº 8.745/93
Vigência: 12-02-2021 a 11-08-2021
Data da assinatura: 08-12-2020

Extrato de Termo Aditivo nº 02
Nº Processo: 23087.008119/2019-31
Contratante: Universidade Federal de Alfenas/I
Contratado: PEDRO LUIZ ROSALEN
Objeto: Prorrogação do Contrato nº 27/2019 .
Fundamento Legal: Lei nº 8.745/93
Vigência: 29-01-2021 a 28-07-2021
Data da assinatura: 08-12-2020

Extrato de Termo Aditivo nº 02
Nº Processo: 23087.003673/2020-66
Contratante: Universidade Federal de Alfenas/I
Contratado: RONALDO HERNANDES
Objeto: Prorrogação do Contrato nº 04/2020-
Fundamento Legal: Lei nº 8.745/93
Vigência: 17-01-2021 a 16-07-2021
Data da assinatura: 11-12-2020

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
150001 - SESDEC

ANEXO TC-03

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

BANCO : 104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGENCIA : 06327
CONTA : 7132

MÊS : DEZEMBRO
ANO : 2020

SALDO BANCÁRIO (CONFORME EXTRATO) EM 03/01/2021

DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	R\$	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$	1.053.160,46
TOTAL	R\$	1.053.160,46

MAIS		
ANEXO I - DEPÓSITO NÃO CONSIDERADO PELO BANCO	R\$	0,00
MENOS		
ANEXO II - ORDENS BANCÁRIAS NÃO LANÇADAS PELO BANCO	R\$	0,00

SALDO BANCÁRIO CONCILIADO R\$ 1.053.160,46

SALDO DA CONTABILIDADE EM 05/01/2021
REGISTRADO NO SIAFEM R\$ 1.053.160,46

MAIS		
ANEXO III - DEPÓSITOS E AVISOS DE CRÉDITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	0,00
MENOS		
ANEXO IV - AVIDO DE DÉBITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	0,00

SALDO CONTÁBIL CONCILIADO R\$ 1.053.160,46

LOCAL E DATA	RESPONSÁVEL P/CONTABILIDADE	ORDENADOR DE DESPESAS
	ALVORINO SOLARIN DA S.JUNIOR CRC - RO: 008545/O-0 SESDEC/RO	JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHA SECRETÁRIO DE SEGURANÇA SESDEC/RO

PORTO VELHO (RO), 05/01/2021

CONCILIAÇÃO NÃO FECHADA



Documento assinado eletronicamente por **ALVORINO SOLARIN DA SILVA JUNIOR, Analista**, em 20/01/2021, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, Secretário(a)**, em 21/01/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://portal.do.SEI), informando o código



verificador **0015779023** e o código CRC **6F626714**.



Referência: Caso responda este(a) Conciliação Bancária, indicar expressamente o Processo nº 0037.003050/2021-

64

SEI nº 0015779023

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
150001 - SESDEC

ANEXO TC-03

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

BANCO : 104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGENCIA : 06327
CONTA : 7442

MÊS : DEZEMBRO
ANO : 2020

SALDO BANCÁRIO (CONFORME EXTRATO) EM 03/01/2021

DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	R\$	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$	601.338,55
TOTAL	R\$	601.338,55

MAIS		
ANEXO I - DEPÓSITO NÃO CONSIDERADO PELO BANCO	R\$	0,00
MENOS		
ANEXO II - ORDENS BANCÁRIAS NÃO LANÇADAS PELO BANCO	R\$	0,00

SALDO BANCÁRIO CONCILIADO	R\$	601.338,55
---------------------------	-----	------------

SALDO DA CONTABILIDADE EM 05/01/2021
REGISTRADO NO SIAFEM

R\$	601.338,55
-----	------------

MAIS		
ANEXO III - DEPÓSITOS E AVISOS DE CRÉDITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	0,00
MENOS		
ANEXO IV - AVIDO DE DÉBITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	0,00

SALDO CONTÁBIL CONCILIADO	R\$	601.338,55
---------------------------	-----	------------

LOCAL E DATA	RESPONSÁVEL P/CONTABILIDADE	ORDENADOR DE DESPESAS
--------------	-----------------------------	-----------------------

ALVORINO SOLARIN DA S.JUNIOR
CRC - RO: 008545/O-0
SESDEC/RO

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHA
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA
SESDEC/RO

PORTO VELHO (RO), 05/01/2021

CONCILIAÇÃO NÃO FECHADA



Documento assinado eletronicamente por **ALVORINO SOLARIN DA SILVA JUNIOR, Analista**, em 20/01/2021, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, Secretário(a)**, em 21/01/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0015779090** e o código CRC **6BBD9EC7**.



Referência: Caso responda este(a) Conciliação Bancária, indicar expressamente o Processo nº 0037.003050/2021-
64

SEI nº 0015779090

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
150001 - SESDEC

ANEXO TC-03

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

BANCO : 001 BANCO DO BRASIL S/A.
AGENCIA : 37966
CONTA : 359947

MÊS : DEZEMBRO
ANO : 2020

SALDO BANCÁRIO (CONFORME EXTRATO) EM 03/01/2021

DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	R\$	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$	3.022,52
TOTAL	R\$	3.022,52

MAIS

ANEXO I - DEPÓSITO NÃO CONSIDERADO PELO BANCO	R\$	0,00
---	-----	------

MENOS

ANEXO II - ORDENS BANCÁRIAS NÃO LANÇADAS PELO BANCO	R\$	0,00
---	-----	------

SALDO BANCÁRIO CONCILIADO	R\$	3.022,52
---------------------------	-----	----------

SALDO DA CONTABILIDADE EM 05/01/2021
REGISTRADO NO SIAFEM

R\$	23.022,52
-----	-----------

MAIS

ANEXO III - DEPÓSITOS E AVISOS DE CRÉDITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	0,00
---	-----	------

MENOS

ANEXO IV - AVIDO DE DÉBITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	20.000,00
--	-----	-----------

SALDO CONTÁBIL CONCILIADO	R\$	3.022,52
---------------------------	-----	----------

LOCAL E DATA	RESPONSÁVEL P/CONTABILIDADE	ORDENADOR DE DESPESAS
--------------	-----------------------------	-----------------------

ALVORINO SOLARIN DA S.JUNIOR
CRC - RO: 008545/O-0
SESDEC/RO

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHA
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA
SESDEC/RO

PORTO VELHO (RO), 05/01/2021

CONCILIAÇÃO NÃO FECHADA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
150001 - SESDEC

ANEXO IV

PAGINA: 1

BANCO : 001 BANCO DO BRASIL S/A.
AGENCIA : 37966

MÊS : DEZEMBRO

AVISOS DE DÉBITOS NÃO CONTABILIZADOS

DOCUMENTO/ESPECIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO	DT. EMISSÃO	VALOR
ORDEM BANCÁRIA NÃO CONTABILIZADA	AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO DO CO NVÊNIO	02/12/2020	20.000,00
TOTAL ==>			20.000,00



Documento assinado eletronicamente por **ALVORINO SOLARIN DA SILVA JUNIOR, Analista**, em 20/01/2021, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, Secretário(a)**, em 21/01/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0015779451** e o código CRC **374466A8**.

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA		ANEXO TC-03
150001 - SESDEC		
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
<hr/>		
BANCO : 104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
AGENCIA : 06327		MÊS : DEZEMBRO
CONTA : 711336		ANO : 2020
<hr/>		
SALDO BANCÁRIO (CONFORME EXTRATO) EM 03/01/2021		
DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	R\$	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$	85.034,78
TOTAL	R\$	85.034,78
MAIS		
ANEXO I - DEPÓSITO NÃO CONSIDERADO PELO BANCO	R\$	0,00
MENOS		
ANEXO II - ORDENS BANCÁRIAS NÃO LANÇADAS PELO BANCO	R\$	19.470,00
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO	R\$	65.564,78
<hr/>		
SALDO DA CONTABILIDADE EM 07/01/2021		
REGISTRADO NO SIAFEM	R\$	65.564,78
MAIS		
ANEXO III - DEPÓSITOS E AVISOS DE CRÉDITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	0,00
MENOS		
ANEXO IV - AVIDO DE DÉBITOS NÃO CONTABILIZADOS	R\$	0,00
SALDO CONTÁBIL CONCILIADO	R\$	65.564,78
<hr/>		
LOCAL E DATA	RESPONSÁVEL P/CONTABILIDADE	ORDENADOR DE DESPESAS
	ALVORINO SOLARIN DA S.JUNIOR	JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHA
	CRC - RO: 008545/O-0	SECRETÁRIO DE SEGURANÇA
	SESDEC/RO	SESDEC/RO
PORTO VELHO(RO), 07/01/2021		
CONCILIAÇÃO NAO FECHADA		

BANCO : 104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGENCIA : 06327
CONTA : 711336

PAGINA: 1

MÊS : DEZEMBRO
ANO : 2020

ORDENS BANCÁRIAS NÃO LANÇADAS PELO BANCO

DOCUMENTO/ESPECIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO	DT. EMISSÃO	VALOR
PAGAMENTO DE DIÁRIA ENEM 2020 1ª ETAPA	OR01089 A OR01186	31/12/2020	19.470,00
TOTAL ==>			19.470,00



Documento assinado eletronicamente por **ALVORINO SOLARIN DA SILVA JUNIOR, Analista**, em 20/01/2021, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, Secretário(a)**, em 21/01/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0015780522** e o código CRC **F9C626B1**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/12/2020 | Edição: 240 | Seção: 3 | Página: 116

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Segurança

EXTRATO DE TERMO ADITIVO



Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000005/2007-792969/2013. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANC Gestora: 200005. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANA, DEFESA E 04793055000157. Prorrogação de vigência do instrumento de convênio por mais (Total: R\$ 1.650.287,00, Valor de Contrapartida: R\$ 82.600,00, Vigência: 31/12/2020 ; Assinatura: 27/12/2013. Signatários: Concedente: JOSELIO AZEVEDO DE SOUSA, Conveniente: JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, CPF nº 485.337.934-72.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/12/2020 | Edição: 240 | Seção: 3 | Página: 116

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Segurança

EXTRATO DE TERMO ADITIVO



Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000004/2014/813295/2014. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANC Gestora: 200005. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANA, DEFESA E 04793055000157. Prorrogação de vigência do instrumento de convênio por mais (Total: R\$ 527.183,00, Valor de Contrapartida: R\$ 27.056,83, Vigência: 31/12/2020 a Assinatura: 29/12/2014. Signatários: Concedente: JOSELIO AZEVEDO DE SOUSA, Conveniente: JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, CPF nº 485.337.934-72.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS, CONVÊNIOS E ATUAÇÃO PROATIVA



PARECER REFERENCIAL n. 00007/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU

NUP: 00734.000568/2019-64

INTERESSADOS: COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLIC- CONJUR

ASSUNTOS: ATIVIDADE FIM

I – Parecer Referencial

II – Aditivo. Convênio firmado com Estados-Membros e Municípios sob a égide da Portaria Interministerial n. 424/2016. Prorrogação do prazo de vigência. Ausência de parcela de recursos a liberar.

III – Fundamento legal: Portaria Interministerial n° 424/2016; Orientação Normativa AGU n° 55/2014;

Sr. Coordenador-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos,

I - INTRODUÇÃO

1. Submete-se à vossa apreciação manifestação jurídica referencial a ser utilizada na celebração de aditivos a Convênios firmados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com Estados-Membros e Municípios sob a égide da Portaria Interministerial n. 424/2016, quando não houver parcela de recursos a ser liberada.

2. Considerando a grande quantidade de processos com este objeto encaminhados constantemente à Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos, aliada ao fato de a análise consistir meramente na verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos, ou seja, uma verdadeira lista de checagem, opta-se pela elaboração desta manifestação com o fito de racionalizar a atuação dos Advogados que compõem a referida coordenação.

3. Entende-se que o presente parecer referencial trará celeridade aos processos desta natureza, contribuindo com a eficiência da Administração, cabendo ponderar que este Ministério, por meio de suas diferentes Secretarias, possui relevante atribuição na implementação de diferentes políticas pública e os convênios consistem em importante e corriqueira ferramenta para tal concretização.

II - DA PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

4. Sobre a manifestação jurídica referencial, o Advogado-Geral da União expediu a Orientação Normativa AGU n° 55/2014, que estabelece:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.



II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. A manifestação jurídica referencial fora elaborada através de um trabalho conjunto entre os órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, fundamentado pelo Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014 do Consultor-Geral da União, que culminou na Orientação Normativa AGU nº 55/2014, que visa a sistematização da atuação dos órgãos de consultoria jurídica nos casos idênticos e repetitivos, com o objetivo de atender aos princípios estampados no art. 37 da Constituição de 1988 e no art. 2º da Lei n. 9.784/1999.

6. Para tanto, fora discriminado na Orientação Normativa dois requisitos para sua aplicação: i) o volume de processos idênticos impacte a atuação do órgão consultivo; e ii) a restrição da atividade jurídica à mera verificação de documentos quanto ao atendimento de requisitos legais.

7. No caso, busca-se a utilização da manifestação jurídica referencial para as propostas de aditivos a convênios celebrados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e/ou órgãos vinculados com Estados-Membros e Municípios quando não haja mais parcelas de recursos a liberar.

8. Quanto ao requisito do volume de processos repetitivos, é possível que a utilização da manifestação jurídica referencial impacte de forma considerável na atuação deste consultivo, não só agora, mas principalmente no final do exercício, quando há incremento no volume de processos submetidos a esta Coordenação-Geral, como os convênios, procedimentos licitatórios, consultas e demais assuntos a ela afetos. Esta atuação ocorre regularmente, sem considerar as matérias de urgência comuns no Poder Executivo, especialmente no final do exercício financeiro.

9. Além disso, entende-se que a utilização deste parecer referencial contribuirá com a eficiência da Administração, vez que, verificada a presença dos requisitos nele elencados, poderá dar trâmite mais célere ao procedimento de formalização do aditivo ao ajuste, reiterando tratar-se de importante instrumento para a concretização das políticas públicas cujo implemento recai sobre este Ministério e que com elas traz a necessidade de se agir com maior prontidão, haja vista o seu impacto positivo no cotidiano dos cidadãos.

10. Cumpre acrescentar que a edição de parecer referencial análogo que versa sobre prorrogação de vigência de convênios firmados sob a égide da Portaria n. 507/2011 foi bastante exitosa no âmbito desta Coordenação, diminuindo consideravelmente o fluxo de processos na Consultoria Jurídica e imprimindo maior celeridade na atuação administrativa quanto à matéria.

11. Assim, verifica-se que o presente Parecer se enquadra no conceito de manifestação jurídica referencial contido na ON AGU nº 55/2014, por conter todas as recomendações jurídicas necessárias à celebração do Instrumento.

12. Este parecer, portanto, constituirá em orientação jurídica completa e necessária à celebração dos aditivos a Convênios firmados com Estados-Membros e Municípios sob a regência da Portaria Interministerial n. 424/2016, desde que amoldados ao caso concreto e não haja mais parcelas de recurso a liberar.

13. Dessa forma, **deverá a área técnica atestar formalmente a adequação do caso aos termos desta manifestação, fazendo constar o número deste parecer e do processo no qual foi proferido.**

14. Eventual dúvida jurídica que acometa o gestor antes da entabulação do aditivo **que ultrapasse os limites deste parecer referencial**, deverá ser objeto de encaminhamento a esta Consultoria Jurídica com sua **devida delimitação**.

15. Ressalta-se, mais uma vez, que a análise ora realizada se dá tão somente quanto aos aspectos jurídico-formais, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do Órgão interessado. Ademais, o Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União recomenda a não emissão de parecer sobre temas não jurídicos:

BPC nº 07: A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.



III - REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

16. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

17. Com efeito, no que concerne especificamente aos convênios (art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993), o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes.

18. Assim, a adituação prorrogando a vigência deverá constar do próprio processo do convênio, assim como todos os demais atos que lhe digam respeito, sem inauguração de um novo processo, consoante o disposto na Orientação Normativa nº. 02, de 01 de abril de 2009, da AGU:

OS INSTRUMENTOS DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E DEMAIS AJUSTES, BEM COMO OS RESPECTIVOS ADITIVOS, DEVEM INTEGRAR UM ÚNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DEVIDAMENTE AUTUADO EM SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA, NUMERADO, RUBRICADO, CONTENDO CADA VOLUME OS RESPECTIVOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO.

INDEXAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO. INSTRUÇÃO. AUTUAÇÃO. SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA. NUMERAÇÃO. RUBRICA. TERMO DE ABERTURA. TERMO DE ENCERRAMENTO.

19. O intuito é que o caderno processual conte a história dos preparativos, da entabulação e da execução do ajuste, de modo que os interessados, a sociedade e órgãos/instituições de controle possam formar cognição, de modo fácil, expedito e seguro, a respeito de toda a ação administrativa que ali se desenvolve(u).

IV – INSTRUÇÃO PROCESSUAL

20. No que se refere à instrução processual, cumpre destacar que o processo deverá conter os documentos prescritos pela legislação de regência, cumprindo, em especial, as exigências do Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007 e alterações, e da Portaria Interministerial nº 424/2016, dentre os quais se destacam os seguintes:

- a) Convênio;
- b) Publicação do extrato no DOU;
- c) Ordem bancária de repasse;
- d) Prorrogação de ofício, se houver;
- e) Manifestação favorável à prorrogação de vigência, após análise se o conveniente preenche os requisitos

para tal;

- f) Autorização da autoridade competente, mediante despacho tempestivamente juntado ao "+Brasil" ou eventual outro sistema que vier substituí-lo para tramitação e controle de repasses financeiros;
- g) Plano de Trabalho **atualizado**.

21. Previamente à formalização do instrumento, deve a área técnica realizar consulta quanto à regularidade fiscal da conveniente, assim como consulta perante o CADIN, em atenção ao disposto no inciso III do artigo 6º da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, *in verbis*:

Art. 6º É obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para:

(...)

III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.



V – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

22. Aos organismos da Advocacia-Geral da União compete auxiliar as Administrações assessoradas na tomada de suas decisões, apontando-lhe os embaraços jurídicos eventualmente existentes e, ainda, as opções viáveis, segundo o ordenamento pátrio, para consecução das políticas públicas a cargo do assessorado. Portanto, a atribuição legal do órgão de assessoramento jurídico esgota-se em orientar a autoridade sob o exclusivo prisma da legalidade, exarando peça opinativa que não adentra aspectos técnicos e nem de conveniência e oportunidade.

23. Convém esclarecer, a princípio, que a prorrogação de vigência ora examinada não se confunde com a prorrogação “de ofício”. Para esta, conforme art. 27, VI, da Portaria Interministerial nº 424/2016, se revela suficiente que o Concedente dê causa a atraso na liberação dos recursos. Com efeito, em caso de prorrogação “de ofício”, a dilação do prazo de vigência é limitada ao exato período do atraso verificado e prescinde de manifestação prévia do órgão de assessoramento jurídico, nos termos do art. 37.

24. Ressalte-se, por oportuno, que o mérito da aprovação do pleito de prorrogação do convênio está na esfera de apreciação da área técnica responsável.

25. A prorrogação do prazo de vigência de convênios depende, em síntese, que a concedente demonstre, fundamentadamente e expressamente, que há interesse público na prorrogação.

26. O artigo 36 da Portaria Interministerial nº 424/2016 estabelece que a alteração do convênio deve dar-se mediante apresentação de proposta formalizada e justificada, a ser apresentada pelo concedente com um mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência:

Art. 36. O instrumento poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente ou a mandatária em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado, vedada a alteração do objeto aprovado.

27. De acordo com o art. 27, V, da Portaria Interministerial nº 424/2016, tem-se que a vigência dos convênios deve ser fixada de acordo com o prazo necessário para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas no plano de trabalho:

Art. 27. São cláusulas necessárias nos instrumentos regulados por esta Portaria as que estabeleçam:

(...)

V - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;

28. Em relação às demais formalidades necessárias à prorrogação, a Lei nº 8.666/93, no seu art. 116, estende as suas disposições, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgão e entidade da Administração Pública. Como consequência, a prorrogação do convênio decorrente da dilação do seu cronograma de execução depende, todavia, de que, **além da necessária previsão no termo do convênio, haja prévia autorização da autoridade competente para celebrar o convênio** (art. 57, § 2º).

29. Desse modo, além da exigência da motivação para qualquer ato administrativo, no caso da alteração de convênio para prorrogação de sua vigência há necessidade de anuência (interesse) do órgão concedente quanto à

prorrogação e decisão administrativa fundamentada e explícita para que fiquem claras as ocorrências que ensejaram a impossibilidade de cumprimento do objeto no prazo inicialmente fixado.

30. Neste ponto, vale alertar a imprescindibilidade que a prorrogação seja objeto de cuidadosa análise pela área técnica, que deverá subsidiar a autoridade concedente com elementos que evidenciem ter havido exame da permanência da viabilidade do projeto bem como da capacidade técnica e operacional do conveniente. Neste sentido:



Acórdão 2991/2018 Plenário (Auditoria, Revisor Ministro Benjamin Zymler) Responsabilidade. Convênio. Concedente. Omissão. Parecer. Estudo de viabilidade. Capacidade operacional. Preço. Qualificação técnica. É causa de responsabilização dos gestores principais do órgão concedente a celebração rotineira de convênios baseada em pareceres omissos quanto ao exame da viabilidade do projeto, da capacidade técnica e operacional do conveniente e da adequabilidade dos preços propostos.

31. Deve-se atentar o gestor para a existência de eventual normatização que estipule prazo máximo e não mais prorrogável para os convênios a depender da matéria de fundo envolvida, como por exemplo os projetos habilitados a receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, que não poderão ter prazo superior a dois anos, prorrogável apenas por um igual período (art.4º, §4º da Lei n. 10.201/2001).

32. Assim, quando da análise da pretensão de se prorrogar a vigência do convênio, deve a área técnica verificar e atestar que esta não esbarra em limite temporal trazido por legislação aplicável ao caso concreto.

33. Além disso, a prorrogação do prazo de vigência de convênio implica que a avença ainda esteja vigente na data da celebração do aditivo, porquanto não se pode prorrogar o que já se extinguiu.

34. De acordo com o entendimento adotado pela Advocacia-Geral da União, é inválida a prorrogação de prazo quando houver ocorrido a extrapolação do prazo de vigência do instrumento ou quando houver qualquer solução de continuidade no período de vigência do convênio. É o que se depreende da Orientação Normativa AGU nº 3, de 2009:

Na análise dos processos relativos à prorrogação de prazo, cumpre aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade nos aditivos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedindo a sua prorrogação (Orientação Normativa AGU n. 3, de 2009).

35. A mesma regra deve ser aplicada aos convênios, por força do disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

36. Observa-se que, em caso de pedido de prorrogação acompanhado de alteração no plano de trabalho, além do implemento dos requisitos acima elencados, deverá a Área Técnica, com fundamento no disposto no parágrafo 3º do art. 20 da Portaria Interministerial nº 424/2016, **realizar análise de adequabilidade e repercussão da alteração que se quer em relação ao objeto do convênio.**

37. Tal análise não se confunde com a manifestação técnica sobre a justificativa da prorrogação, constituindo-se em aprovação específica da autoridade competente acerca da adequação do novo cronograma de execução e da dilação de prazo pleiteada, de modo que a reprogramação de etapas e fases apresente-se com concretização verossímil dentro do prazo estipulado, respeitando-se a razoabilidade entre a dilação de prazo solicitada e as providências ainda pendentes de execução. **Veja-se que o prazo de vigência da avença deve ser do período necessário à conclusão do objeto pactuado.**

38. Além de ponderações sobre adequabilidade, cabe à Área Técnica também **atestar que a alteração pedida não implicará alteração do objeto do convênio**, bem como em prejuízo de sua funcionalidade, consoante o previsto no art. 1º, § 1º, XXXII, e art. 36 da Portaria Interministerial nº 424/2016.

39. Em atenção ao disposto no § 3º do art. 20 da Portaria Interministerial nº 424/2016, tem-se **por indispensável que a Área Técnica aprove as adequações no Plano de Trabalho propostas pelo Conveniente**, antes de proceder à formalização da alteração requerida.

40. O Plano de Trabalho deve conter o detalhamento das despesas de forma a possibilitar o acompanhamento dos gastos efetivados pelos órgãos de controle interno da Administração Pública Federal e pelos agentes públicos do próprio Conveniente. **O novo Plano de Trabalho, com as adaptações do cronograma de execução, deve ser expressamente aprovado pela Área Técnica previamente à celebração do presente aditivo.**

41. Deve haver, outrossim, a **adequação do cronograma de execução** para a reprogramação de etapas e fases de execução do pacto. O cronograma atualizado deverá mostrar-se de concretização verossímil dentro do prazo estipulado. Em outras palavras, deve haver relação de razoabilidade entre a dilação de prazo solicitada e as providências ainda pendentes de execução. **Sobre o tema, cabe à Área Técnica se manifestar nos autos, devendo fazê-lo sob pena de não chancela deste Órgão Jurídico à assinatura do instrumento.**

42. Alinhado com entendimento já consagrado por esta Consultoria Jurídica nos Parecer n. 341/2015/CONJUR-MJ/CGU/AGU e Parecer Referencial n. 001/2019/CONJUR-MJ/CGU/AGU, a utilização de um "termo de aditivo" como forma para se aditar o convênio e prorrogar sua vigência mostra-se prescindível, podendo esta se materializar mediante **despacho fundamentado e tempestivo da autoridade competente no sistema "+Brasil" (ou eventual outro sistema que vier substituí-lo para tramitação e controle de repasses financeiros)** atestando que a situação posta pela conveniente atende todos os requisitos normativos para elastecimento do prazo para cumprimento do objeto ajustado.

43. Assim, embora seja comumente utilizado o termo aditivo como instrumento formal para a prorrogação de prazo de vigência de convênios, **é possível que esta seja formalizada por meio de despacho da autoridade competente**, desde que: a) observados e atestada a presença de todos os requisitos exigidos pela norma; b) seja o despacho exarado antes da expiração da vigência; c) seja devidamente publicado na imprensa oficial e no "+Brasil" (ou eventual outro sistema que vier substituí-lo para tramitação e controle de repasses financeiros); d) e, ainda, contenha o número do processo e do convênio, as partes, o período de prorrogação e a data da assinatura.

44. Consistindo o ato apenas na prorrogação do prazo de vigência e **não havendo recurso a liberar**, não se vê óbice jurídico ao procedimento já chancelado pelo Parecer n. 0341/2015/CONJUR-MJ/CGU/AGU, haja vista ser o suficiente para controlar satisfatoriamente o atendimento material dos requisitos para o aditivo.

45. Tal entendimento parece ser o que melhor se coaduna com a racionalidade e a utilidade da atuação do gestor público, evitando-se assim práticas burocráticas que não possuem real efetividade no controle do ato administrativo. Deve-se ponderar que instrumentos de controle são acessórios e não devem interferir de modo impertinente no atingimento do resultado, este sim o escopo principal dos convênios.

46. Se já há mecanismos de controle que cumprem satisfatoriamente sua precípua missão, não há justificativa para a implementação de novos instrumentos que possuem o mesmo viés, parecendo que apenas depõe contra a necessária eficiência administrativa.

47. Não se pode desconsiderar ainda o alto número de convênios cuja responsabilidade recai sobre este Ministério e cuja correta implementação representa significativo ganho para a sociedade, o que evidencia a necessidade de se ter uma atuação voltada para o atingimento do resultado almejado, sem formalismos que em verdade não contribuem para os objetivos eleitos.

48. É de relevo assinalar que a prática de se impor formalidades que não contribuem para o cumprimento de tal escopo, mas pelo contrário, possuem potencial de criar óbices desnecessários, encontra-se desalinhada com a atuação razoável da Administração Pública preconizada no art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ("*Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados*"), no art. 2º da Lei n. 9.784/1999 (*A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência*) e no art. 14 do longínquo Decreto n. 200/1967 ("*O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco*").

49. Sem prejuízo das orientações acima, recomenda-se veementemente que a área técnica **envide todos os esforços para proceder ao acompanhamento e à fiscalização da execução do objeto do presente convênio**, utilizando-se de todos os recursos disponíveis, diligenciando no sentido de averiguar se os recursos repassados estão sendo corretamente aplicados pelo Conveniente, se a execução está sendo feita a contento na forma disposta na legislação regente, com a realização das prestações de conta parciais, na forma disposta na norma, especialmente os Capítulos II e V da Portaria Interministerial nº 424/2016.

50. Destaque-se, por fim, que a alteração do prazo de vigência do aludido Convênio está sujeita ao **registro tempestivo no sistema "+Brasil"** (ou eventual outro sistema que vier substituí-lo para tramitação e controle de repasses financeiros) devendo ser providenciada pela Área Técnica.

51. Alerta-se a área demandante que cabe ao concedente o monitoramento, acompanhamento e fiscalização do convênio, além da avaliação da execução e dos resultados, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 424/2016:

Art. 6º São competências e responsabilidades do concedente:

I - gerir os projetos e atividades, mediante:

a) monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução, além da avaliação da execução física e dos resultados;

52. Sobre tal disposição, aponta-se entendimento da Corte de Contas:

A assinatura do instrumento de transferência dos recursos da União ao ente federado torna o signatário garantidor do bom e regular emprego dos valores e motiva o dever de bem nomear seus auxiliares e de supervisionar suas atividades de modo adequado. A falta de fiscalização por parte do gestor quanto aos atos praticados pelos subordinados (culpa in vigilando), o conhecimento do ato irregular praticado ou a má escolha do agente delegado (culpa in eligendo) podem conduzir à responsabilização da autoridade. (Acórdão nº 8784/2017-Primeira Câmara)

A eventual falta de fiscalização do órgão concedente não atenua a responsabilidade do gestor do convênio por irregularidades identificadas, porquanto incumbe àquele que recebe recursos federais o dever de demonstrar a correta aplicação dos valores que lhe foram confiados. (Acórdão nº 1998/2017-Segunda Câmara)

É cabível a responsabilização e a consequente imputação de multa a gestores do órgão concedente quando exercem a função gerencial fiscalizadora e o acompanhamento físico-financeiro do convênio de forma deficiente. (Acórdão nº 2911/2016-Plenário)

53. Sendo cumpridas todas as providências supracitadas e analisando os autos e as informações prestadas ao Portal de Convênios, conclui-se que não há óbice jurídico à celebração dos aditivos de prorrogação de vigência do prazo dos convênios, posto que presentes os elementos necessários à celebração do ajuste, tais como: convênio vigente, justificativa do aditivo apresentada, conforme estabelecido pelo art. 36 da Portaria Interministerial nº 424/2016, e aprovação do pleito pelo órgão Concedente após atestar a presença dos requisitos pelo conveniente.

VI - DA CONCLUSÃO

54. Sob os aspectos estritamente jurídicos, ou seja, ressalvadas as informações técnicas e financeiras, bem como a conveniência e a oportunidade, **após atestada a presença de todos os requisitos elencados neste parecer, estará a formalização dos aditivos de prorrogação de prazo de vigência de acordo com a legislação que cuida da matéria, devendo a área técnica acostar aos autos este parecer referencial, bem como o despacho de aprovação.**



2019/04/2019
55. Caso o administrador opte por não atender os requisitos apontados, o que deverá ser feito de forma motivada, estará assumindo a possibilidade de eventual responsabilização de sua conduta.

56. Em caso de dúvidas quanto à aplicação desta manifestação jurídica referencial, deve a Área Técnica submeter a matéria à Consultoria Jurídica, sob pena de violação aos artigos 38, parágrafo único, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

57. Destaca-se que este órgão jurídico poderá atuar de ofício em eventuais mudanças neste parecer referencial, o que será informado imediatamente à Área Técnica.

58. Recomenda-se, ainda, que a Área Técnica observe que o âmbito de aplicação desta manifestação jurídica referencial cinge-se tão somente as prorrogações de prazo de vigência dos convênios celebrados sob a égide da Portaria Interministerial 424/2016 e sem parcela de recurso a liberar.

59. Destaca-se que os partícipes deverão observar o regular abastecimento do Portal de Convênios (e/ou daquele que vier substituí-lo na tramitação e fiscalização dos repasses financeiros), consoante determina a Portaria Interministerial nº 424/2016.

60. Além disso, recomenda-se que seja dado conhecimento deste Parecer Referencial aos órgãos assessorados, a fim de que possam dar início a sua utilização.

Submeto à aprovação do Sr. Coordenador-Geral.

Brasília, 18 de abril de 2019.

RAFAEL SCHAEFER COMPARIN
ADVOGADO DA UNIÃO
Coordenador de Estudos, Convênios e Atuação Proativa



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00734000568201964 e da chave de acesso db71b84a

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL SCHAEFER COMPARIN, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 242711608 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAEL SCHAEFER COMPARIN. Data e Hora: 18-04-2019 15:57. Número de Série: 5588793826739685310. Emissor: AC CAIXA PF v2.



10310147



08020.001459/2018-31



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

PARECER Nº	297/2019/COCEL/CGCONV/DIAD/SENASP
PROCESSO:	08020.001459/2018-31
CONVÊNIO:	880127/2018
CONCEDENTE:	Secretaria Nacional de Segurança Pública
CONVENIENTE:	Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia
OBJETO:	Solicitação de Termo Aditivo de Vigência
PORTARIA INTERMINISTERIAL	424 de 30 de dezembro de 2016

1. DO PEDIDO

1.1. Dados Básicos Apresentados pelo Conveniente:

Ofício Solicitado	Pedido inserido na Plataforma + Brasil	Prazo Solicitado	Existe Amparo Legal do pedido solicitado	Pretende alterar o Objeto
Ofício nº 7838/209/SESEDEC-GECONV (10254363)	(X) Sim () Não Data: 12/11/2019	12 (doze) meses	(X) Sim () Não	() Sim (X) Não
Justificativa Apresentada:	<i>"A referida prorrogação se faz necessária em razão da vigência do convênio em epígrafe, que se encerra em 31 de dezembro de 2019, todavia, em que pese o adiantamento de sua execução, pois todos os itens do convênio estão devidamente licitados, conforme anexos constantes nos processos de execução nº 0037.115778/2019-13, devidamente inseridos no módulo "Execução" do SICONV, ainda não houve a liberação do financeiro por parte do Órgão Concedente, nem o aceite do processo de aquisição."</i>			
Cronograma de Execução Apresentado	Cronograma compatível com a prazo solicitado pelo período de 12 (doze) meses, conforme documento SEI nº 10310118			

2. DADOS DO CONVÊNIO:

2.1. Da Instrução Processual:

2.1.1. Cumpre destacar que o processo contém os documentos prescritos pela legislação de regência, cumprindo, em especial, as exigências do Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007 e alterações, e da Portaria Interministerial nº 424/2016 e demais normas vigentes aplicáveis ao presente Convênio.

2.1.2. Ademais, o exame preliminar de admissibilidade relativo ao Instrumento em questão, está em conformidade com o Parecer Referencial nº 0007/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (8962945), por tratar-se de Termo Aditivo sob a égide da Portaria Interministerial 424/2016, bem como, em relação a Nota Jurídica nº 00170/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (10126804), a qual dispensa a análise do Termo Aditivo de Vigência pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública - CONJUR, quando houver parcelas a serem repassadas pelo órgão Concedente, podendo a prorrogação de vigência, ser suprida por mero despacho administrativo praticado pelo Concedente.

Convênio	Publicação do extrato no D.O.U	Ordem Bancária de repasse
880127/2018	D.O.U. nº 2, de 3 de janeiro de	Não houve

2019 (10311048)		
Objeto: "Ampliar a infraestrutura do Sistema Guardião Web Browser da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia, por meio da aquisição de licenças de interceptação simultânea."		
Valor Pactuado	Execução Financeira	Porcentagem Execução em relação ao valor liberado
R\$ 620.000,00	R\$ 0,00	0 %
Programa	Recursos Provenientes	Ação Orçamentária
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	200330 - Secretaria Nacional de Segurança Pública	8855 - Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública
Início	Término	Prestação de Contas
28/12/2018	31/12/2019	29/02/2020
Prorrogação de Ofício: Não houve		
Termos Aditivos: Não houve		
Plano de Trabalho Atualizado	SEI nº 10310139	



3. CONSIDERAÇÕES DA ÁREA ADMINISTRATIVA

3.1. Da Análise do pedido

3.1.1. A solicitação apresentada é tempestiva, a qual ocorreu dentro do prazo previsto do artigo 36 da Portaria Interministerial 424/2016.

3.1.2. O Conveniente por intermédio da solicitação apresentada, justificou que não será possível a execução do Convênio dentro do prazo previsto para término da vigência, qual seja, 31 de dezembro de 2019, em face da realização da inexigibilidade de licitação, correspondente a licença vitalícia de interceptação da plataforma Guardião constante da Meta 1 - Etapa 1. Ressalta-se que embora tal licença da plataforma Guardião tenha tido sua inexigibilidade devidamente autorizada, ainda não foi contratada em decorrência do lapso temporal entre o procedimento licitatório e a análise de aprovação por este Concedente para aceite dos processos licitatórios da referida inexigibilidade. Desta forma, o Conveniente vislumbrou a necessidade de solicitar prorrogação no prazo de vigência para execução do objeto pactuado, o que por si só justifica o pedido de Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência.

3.1.3. Em anexo ao pedido de prorrogação de vigência, o Conveniente apresentou o Cronograma de Execução (10310118), o qual foi anexado na Plataforma + Brasil, no dia 22/11/2019. Extrai-se do referido documento que o Conveniente prevê a execução da Meta 1 - Etapas 1 por um período de 18 (dezoito) meses, que iniciou com a abertura do processo e elaboração de projeto básico ocorrido entre os meses de julho à agosto de 2019 findando com o pagamento previsto para os meses de novembro e dezembro de 2020. Salienta-se que o prazo para o recebimento definitivo da licença, ocorrerão nos meses de julho e agosto de 2020.

3.2. Da análise do mérito da solicitação

3.2.1. Quanto à prorrogação do prazo de vigência de Convênios, há que se considerar, que a prorrogação da vigência do Convênio ora analisado coaduna com o interesse público, assim, acolhe as razões apresentadas pelo Conveniente, no que tange ao termo aditivo, **não desfigura o cumprimento do objeto pactuado, tampouco prejudica a sua funcionalidade**, estando conforme a disciplina prevista nos termos do artigo 1º, § 1º, XXXII e artigo 36 da Portaria Interministerial nº 424/2016.

3.2.2. Com relação ao prazo, entendemos ser **viável**, tendo em vista que a execução deste vem sendo realizada de forma eficaz, embora tenha havido algum entrave na análise do processo licitatório. A propósito, registre-se que controle e gestão caminham juntos, com vistas a garantir o bom uso dos recursos, de modo que a **desídia administrativa na execução dos acordos firmados com o Governo Federal, configura má gestão dos recursos, pois prejudica o objetivo principal que é o interesse público**.

3.2.3. Infere-se deste entendimento no que tange à prorrogação, que esta **poderá ser admitida em caráter excepcional pela legislação pertinente**, razão pela qual a sua concessão deverá ser de acordo com o tempo necessário para a execução do Convênio, em conformidade com a Orientação Normativa nº 44/2014, bem como previsão constante do Termo de Convênio. Porquanto, com base na presente análise dos documentos inseridos na Plataforma + Brasil, **entendemos ser pertinente a prorrogação do Convênio em tela**.



3.2.4. Em relação a disciplina prevista no art. 22, parágrafo 1º, da Portaria Interministerial nº 424/2016, alterado pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019, em relação a **comprovação da regularidade fiscal do Conveniente**, não se aplica ao caso concreto por tratar-se exclusivamente de termo aditivo de prorrogação de vigência.

3.2.5. O Concedente, por sua vez, providenciará a devida **publicação do Termo Aditivo, no Diário Oficial da União**, dentro do prazo de 20 dias, a contar de sua assinatura, nos termos da Portaria Interministerial 424, de 30 de dezembro de 2016, bem como, o **registro na Plataforma + Brasil**.

3.2.6. Todavia, evocamos que sejam envidados esforços necessários a fim de que seja alcançada, com louvor, a conclusão de sua execução, dentro do prazo concedido. **Em caso de antecipação do alcance do objeto, o Conveniente tem o dever de proceder à conclusão do Convênio preliminarmente, bem como promover à devida prestação de contas.**

4. CONCLUSÃO

4.1. Face ao exposto, esta Área Técnica Administrativa, com fulcro no Art. 36 da Portaria Interministerial 424/2016, opinamos pela **aprovação, por mais 12 (doze) meses**, contados a partir de **31 de dezembro de 2019 à 31 de dezembro de 2020**.

4.2. É o Parecer. Remeta-se à consideração superior.

ILENA CADAXO DE SOUZA
Analista do Concedente - Mobilizado
COCEL/CGCONV/DIAD/SENASP

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Convênios e Contratos de Repasse.

KEILA SILVEIRA VASCONCELOS
Coordenadora de Celebração de Convênios e Contratos de Repasse
COCEL/CGCONV/DIAD/SENASP

De acordo. À consideração do Diretor de Administração.

JOHN KENNEDY FÉRRER LIMA
Coordenador Geral de Convênios e Contratos de Repasse
CGCONV/DIAD/SENASP

De acordo. À consideração do Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

CLÊNIO GUIMARÃES BELLUCO
Diretor de Administração
DIAD/SENASP

Aprovo solicitação de prorrogação do Convênio nº **880127/2018**, nos termos deste Parecer. Autorizo a prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 31 de dezembro de 2019 até 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o Parecer Referencial nº 0007/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (8962945). Encaminhe-se à CGCONV/DIAD para publicação e demais providências.

FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO
Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública
SENASP/MJSP



Documento assinado eletronicamente por **Ilena Cadaxo de Souza, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 25/11/2019, às 17:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **KEILA SILVEIRA VASCONCELOS, Coordenador(a) de Celebração de Convênios e Contratos de Repasse**, em 25/11/2019, às 19:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOHN KENNEDY FERRER LIMA, Coordenador(a)- Geral de Convênios e Contratos de Repasse**, em 25/11/2019, às 19:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLÊNIO GUIMARÃES BELLUCO, Diretor(a) de Administração**, em 26/11/2019, às 09:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO**, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em 27/11/2019, às 13:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10310147** e o código CRC **F988FA67**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Referência: Processo nº 08020.001459/2018-31

SEI nº 10310147



Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

ERRATA

Tem por objetivo retificar a tabela especificando convênios e elementos de despesa contidas no Adendo SESDEC-GECONV (0017339757)

Onde se lê:

FONTE 0616				
ELEMENTO DE DESPESA				
CONVÊNIO	33.90.30	44.90.52	33.90.15	
792969/2013	R\$ 270.239,71	R\$ 600.334,91		
813295/2014	R\$ 153.518,71	R\$ 328.581,92		
899575/2020			R\$ 49.560,00	
FONTE 1300				
CONVÊNIO	33.90.30	44.90.52		44.90.93
792969/2013	R\$ 71.729,59	R\$ 110.856,25		
813295/2014		R\$ 119.295,86		
880127/2018				R\$ 23.022,52
899575/2020		R\$ 16.004,78		

Leia-se:

FONTE 0616				
ELEMENTO DE DESPESA				
CONVÊNIO	33.90.30	44.90.52	33.90.15	
792969/2013	R\$ 270.239,71	R\$ 600.334,91		
813295/2014	R\$ 153.518,71	R\$ 328.581,92		
899575/2020			R\$ 49.560,00	
FONTE 1300				
CONVÊNIO	33.90.30	44.90.52		44.90.93
792969/2013	R\$ 71.729,59	R\$ 110.856,30		
813295/2014		R\$ 119.295,86		
880127/2018				R\$ 23.022,52
899575/2020		R\$ 16.004,78		

Midiã da Silva Vasconcelos

Gerente I - GECONV/SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **MIDIA DA SILVA VASCONCELOS, Gerente**, em 04/05/2021, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0017722504** e o código CRC **D7BCC338**.

Referência: Caso responda este(a) Errata, indicar expressamente o Processo nº 0037.125977/2021-54

SEI nº 0017722504





Ano Base: 2021

Data Referência 11/05/2021 **Número** 2021NO000024
Unidade Orçamentária 15001 Secretaria de Estado da de Segurança, Defesa e Cidadania
Tipo Alteração Suplementação **Processo**
Responsável Liberação 538.245.802-25 Lucy Ana Ayala Heredia **Data Liberação** 11/05/2021
Tipo Ato Legal
Justificativa Abertura de crédito adicional orçamentário por superavit financeiro, Convênios Federal, ref. ao Ofício 4497/2021/SESDEC-GEPLAN (0017728408), proc. SEI nº 0037.125977/2021-54.
Cancelamento
Situação Registro Ativo - Liberada



Lançamentos

Tipo	Subação	Fonte Recurso	Natureza	Valor
A	217601	0.6.16.000000	33.90.30	423.758,42
A	217601	0.6.16.000000	44.90.52	928.916,83
A	217601	0.6.16.000000	33.90.15	49.560,00
A	217601	1.3.00.000000	33.90.30	71.729,59
A	217601	1.3.00.000000	44.90.52	246.156,94
A	217601	1.3.00.000000	44.90.93	23.022,52
Total				1.743.144,30

Fonte Recurso

Tipo	Fonte Recurso	Valor
A	0.6.16.000000 0.616 - Recursos de Conv.com Outras Esferas de Governo e ONGS Firmados pela Adm. Direta.	1.402.235,25
A	1.3.00.000000 1.300 - Recursos Ordinários - CONTRAPARTIDA	340.909,05

Natureza

Tipo	Natureza	Valor
A	33.90.15 Diárias - Militar	49.560,00
A	33.90.30 Material de Consumo	495.488,01
A	44.90.52 Equipamentos e Material Permanente	1.175.073,77
A	44.90.93 Indenizações e Restituições	23.022,52

Subação

Subação

217601 PROMOVER AÇÕES OPERACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA